



TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA **4ª** LEGISLATURA

ATA DA 91ª
(NONAGÉSIMA PRIMEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL
PARA DEBATER O REFERENDO ACERCA DA
PROIBIÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO
DE ARMAS DE FOGO

EM 18 DE OUTUBRO DE 2005

59

16

7.5 bandas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18/10/05	15h35min	91ª ORDINÁRIA	1

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado João de Deus a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

São lidas e aprovadas, sem observações, as seguintes:

- Ata da 89ª Sessão Ordinária;
- Ata da 90ª Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão as atas. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, dou por aprovadas as referidas atas.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18/10/05	15h35min	ORDINÁRIA	2

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 201, de 26/10/2005, juntamente com a ata sucinta da 91ª Sessão Ordinária.)

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - A presente comissão geral, a requerimento dos Deputados Leonardo Prudente, Erika Kokay, Chico Floresta e outros, destina-se a debater o referendo sobre a proibição da comercialização de armas de fogo.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu não poderia deixar de registrar, no plenário desta Casa, a passagem do Dia do Médico, que se comemora hoje.

Nesta oportunidade, desejo a todos os médicos que atuam na Câmara Legislativa que aproveitem o dia 18 de outubro, dia em que se comemora o Dia do Médico, como uma data de profunda reflexão sobre o nosso trabalho profissional em prol da vida do ser humano e sobretudo sobre o nosso comprometimento cidadão de compreender que o trabalho do médico é muito mais amplo do que simplesmente prestar assistência aos doentes. Também a saúde envolve aspectos muito mais abrangentes como a busca de melhores condições de vida, de melhores salários, de direito ao



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18/10/05	15h35min	91ª ORDINÁRIA	3

trabalho para aqueles que não o têm, de um endereço saneado, de um transporte coletivo em boas condições. Enfim, trata-se da luta pela melhoria da qualidade de vida da população. É evidente a importância da assistência adequada à saúde. Temos procurado, na CPI da Saúde, não apenas apontar os problemas existentes na rede pública, mas também contribuir para que a Secretaria de Saúde tome, imediatamente, as posições necessárias para reverter o elevado grau de desorganização, a ausência de normas, rotinas e regulamentos, a fim de possibilitar o adequado atendimento à população do Distrito Federal que procura os serviços de saúde.

Neste dia 18, trago um abraço a todos os médicos do Distrito Federal, a todos os médicos que atuam na Câmara Legislativa do Distrito Federal. Espero que possamos, cada vez mais, ter motivos para nos orgulhar da nossa profissão.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Parabéns, Deputada Aríete Sampaio, representante da classe médica na Câmara Legislativa. Parabéns pelo trabalho e pelo Dia do Médico. V.Exa. pode contar comigo como o aliado número um na defesa da saúde do Distrito Federal. Tive AVC; fiquei internado na rede pública. Graças a Deus, fui atendido por médicos da rede pública e pude verificar a prestação de um bom serviço. Os médicos profissionais fizeram tudo por mim. Infelizmente, a estrutura existente compromete o trabalho dos bons profissionais no Distrito Federal. Precisamos melhorar a rede pública de saúde, o atendimento no Hospital de Base, nos postos de saúde. Sabemos da missão do médico. Um lado disso compete a nós e trabalharemos juntos em prol desse objetivo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18/10/05	15h35min	91ª ORDINÁRIA	4

Declaro suspensa a presente comissão geral, que debaterá a questão do desarmamento no Brasil.

(Suspensa às 15h46min, a comissão geral é reaberta às 16h.)

(Assume a Presidência o deputado Leonardo Prudente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - A presente comissão geral, conforme deliberação do Plenário, por meio do Requerimento nº 2.082, de 2005, de autoria dos Deputados Leonardo Prudente, Erika Kokay, Chico Floresta, Brunelli e Wilson Lima, destina-se a debater o referendo sobre a proibição de comercialização de armas de fogo e munição.

Convido a compor a Mesa a Deputada Erika Kokay e o Deputado Peniel Pacheco. (Pausa.)

Convido ainda a fazer parte da Mesa o Sr. Márcio Garritano, integrante da Frente Parlamentar pelo Direito da Legítima Defesa, e o Professor Lúcio Castelo Branco, da Universidade de Brasília. (Pausa.)

Por deliberação da Mesa, metade dos oradores inscritos se manifestará em defesa do "não" no referendo; a outra metade, do "sim". Nesta primeira fase desta comissão geral, ouviremos dois expositores alternadamente: um defendendo o "não"; outro, o "sim". Eu consulto os pares se o primeiro orador pode ser defensor do "não". (Pausa.)

Registro com muita satisfação a presença dos Deputados Chico Vigilante, Chico Leite, Anilcéia Machado, Aríete Sampaio, João de Deus e Eurides Brito.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18/10/05	15h35min	91ª ORDINÁRIA	5

Convido a usar da palavra o Professor Lúcio Castelo Branco, professor da Universidade de Brasília e da Unieuro, Cientista Político e Sociólogo, pelo tempo regimental de dez minutos.

SR. LÚCIO CASTELO BRANCO - É com muita honra que aqui me apresento.

Quero agradecer à Deputada Erika Kokay o privilégio de estar aqui presente. Meus votos para que este debate, efetivamente, contribua para nossa conscientização.

Meu boa-tarde a todos os presentes e, em primeiro lugar, aos membros desta Casa Legislativa.

Vou começar, sem muitos preâmbulos, em primeiro lugar, a contestar o referendo. Esse referendo se serve conjunturalmente como cortina de fumaça para crises estruturais gravíssimas que abalam nosso país, sobretudo concernentes à corrupção, e também a todas as formas de peculato de uma tecnoburocracia patrimonialista que assaltou pseudodemocraticamente nosso país.

Este referendo induz ao "sim", não contribui para o exercício consciente, pedagógico da democracia. Muito pelo contrário, mais uma vez serve como meio de **desmoralização** do voto democrático.

Em segundo lugar, essa desmoralização contribui para que sejam eleitas pessoas inescrupulosas, descomprometidas com o bem público e com a soberania nacional. Democracia significa, antes de tudo, resistência, o direito de o cidadão resistir a qualquer tipo de ameaça, qualquer tipo de **humilhação**, qualquer tipo de discriminação. E se o cidadão - que não existe neste país, porque é meramente ornamental, uma mera definição teórica -



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18/10/05	15h35min	91ª ORDINÁRIA	6

tem o direito, sim, constitucional, legítimo, de dar voz de prisão, conseqüentemente tem o direito de ter acesso a armas registradas em cumprimento da legislação vigente.

Eu creio que esse referendo faça parte de um processo de desarmamento **total** da sociedade brasileira para que, cada vez mais, o cidadão esteja à mercê da **corrupção**, do crime e da total perda de soberania.

A primeira repercussão disso é o desarmamento das Forças Armadas, que não têm verbas para se armarem suficientemente e cumprirem suas funções **constitucionais**, e também o das forças policiais. Os ricos, os privilegiados deste país não têm problema porque contam com um exército de vigilantes, não é? Um exército privado enorme. Não têm o menor problema. Mas nossas Forças Armadas deveriam, de fato, chamar-se "forças desarmadas". Os aviões não têm como voar, as armas, precárias e arcaicas, não têm munição. Isso significa um Estado desarmado, um Estado sem armas, um Estado sem meios para fazer valer a sua soberania. Refiro-me à soberania do Estado. Mas também, refiro-me à soberania do cidadão. O cidadão é soberano nas suas decisões, em consonância com a soberania nacional e com o **previsto** e determinado na Constituição, a toda hora emendada, em função de interesses patrimonialistas, de interesses de quadrilhas que se revezam no poder, ao longo dos quinhentos anos de história deste país.

De forma que, este referendo é, na verdade, uma farsa, com o sentido de desarmar o cidadão e não o bandido. Fala-se muito de armas que são roubadas do cidadão, do indivíduo correto e honesto. Isso é uma balela,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18/10/05	15h35min	91ª ORDINÁRIA	7

uma conversa fiada. Basta ver a campanha de desarmamento que foi feita. Muitas armas foram entregues às autoridades. Olha, que curioso. Inclusive, armas em situação ilegal.

O Estado faz uma campanha de cumplicidade com a arrecadação de armamento ilegal. O sujeito que entrega uma arma ilegal está cometendo um ato de transgressão. E se o **Estado**, autoridade legal e legítima, a recebe, é cúmplice dessa ilegalidade. Então, este é o país onde tudo é invertido.

Outra coisa; o cidadão, devido às enormes carências do nosso país, é obrigado, muitas vezes, a vender a arma que adquiriu de uma forma correta, consoante com a legislação em vigor. Vende por R\$ 200,00 (duzentos reais) ou R\$300,00 (trezentos reais), valor que vai resolver problemas vitais para a sobrevivência de sua família.

Não são todas elas obtidas pela marginalidade em assaltos ou em roubos à residência. Isso é conversa fiada. Além do mais, as nossas estatísticas são bastante precárias. Tão precárias que não conseguem absorver o Brasil real, o Brasil da informalidade, o país de mais de um PIB. Não há nenhuma estatística ou qualquer sistema contábil capaz de avaliar o potencial e a realidade deste país.

Quando falamos de Brasil, falamos de um país oficial, juridicamente definido, um país legal, porém ilegítimo, absolutamente ilegítimo. Os pobres, os trabalhadores, que não podem pagar os impostos mais elevados do mundo, estão na informalidade, que é um resíduo da escravidão, ainda. É a sobrevivência de um regime de prostração total da pessoa a um poder despótico, que nos parece não ter mudado em substância.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18/10/05	15h35min	91ª ORDINÁRIA	8

Portanto, quero deixar bem claro o seguinte: eu falo aqui na qualidade de cidadão - como cidadão ornamental -, mas como uma tentativa de sê-lo, efetivamente, e não na qualidade de investigador que vem pesquisando esse assunto há décadas, em função de interesses pessoais e, também, em função de compreender que se trata de uma questão estratégica para o nosso país e para o futuro deste povo sem soberania, miserável, roubado pelas autoridades constituídas, esbulhado sistematicamente nos seus direitos. É por essa razão que vim aqui.

Outra coisa: precisamos levantar a cabeça e dizer "não" à roubalheira dominante neste país; dizer não à situação catastrófica da Educação, da Saúde, da Segurança. Devemos dizer "não" ao desprezo pelo bem público. Chegou a hora de darmos uma pequena resposta, apesar de esse referendo ser totalmente aleatório e de ser uma farsa. Mas, se for aprovada a pergunta, vai nos colocar ainda mais rastejantes do que somos há vários séculos.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Convido, agora, para fazer a sustentação do voto pelo "sim", o cidadão e pastor evangélico Peniel Pacheco, que falará na condição de cidadão,

SR. PENIEL PACHECO - Em primeiro lugar, cumprimento os membros da Mesa, na pessoa do Deputado Leonardo Prudente, que foi o proponente de esta sessão se transformar em comissão geral para o debate deste assunto, que considero bastante importante.

A respeito do referendo, discordo da idéia de inutilidade dele que se procurou enfatizar aqui. Todas as vezes em que a população brasileira puder opinar a respeito das políticas públicas e puder fazê-lo de maneira



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18/10/05	15h35min	91ª ORDINÁRIA	9

democrática, com o direito oferecido a ambas as partes - tanto a quem acredita na necessidade de restringir a venda, o comércio de armas e munições, como a quem não acredita nessa necessidade - deve fazê-lo, utilizando-se, para isso, até mesmo dos recursos da mídia, por meio do horário gratuito proposto pela legislação brasileira.

É importante discutir sobre a política que queremos para o País. Às vezes, a política vem de cima para baixo, empurrada "goela abaixo" da população. E quando a população é chamada a se pronunciar, temos de considerar que isso é pedagógico, é democrático, é a verdadeira demonstração do processo de participação em termos de cidadania.

Se há a discussão, agora, em torno de o desarmamento ser uma indução ou um encaminhamento de que é a "salvação da lavoura", ou seja, que o referendo vai ser a fórmula mágica para resolver o problema da Segurança Pública, no Brasil, isso é uma inverdade. O referendo não traz, em si mesmo, a solução definitiva para os problemas de Segurança Pública no nosso país. Se o "sim" prevalecer, não significará jamais que as armas deixarão de circular, porque sabemos que, além do controle, é preciso ter política de Segurança Pública eficiente e eficaz, o que, infelizmente, o nosso país não tem hoje. Da mesma forma, se o "não" prevalecer, não significa que o cidadão estará protegido só porque tem uma arma na cintura ou porque tem uma arma dentro de casa. Isso é falácia. Se arma fosse solução, bastaria armar a polícia, porque hoje os bandidos têm armas muito mais eficazes do que a polícia. No confronto direto, hoje, os bandidos dispõem de arsenal muito mais poderoso do que o da polícia. Ora, se a polícia, com o seu armamento, não está dando conta, imaginem se o cidadão, usando os



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18/10/05	15h35min	91ª ORDINÁRIA	10

mesmos ou os mais simples armamentos, vai dar conta de enfrentar bandido! Aí teríamos que comprar bazuca, teríamos que comprar metralhadora Uzzi... Então, seria preciso liberar a venda de arsenal de altíssima potência ou calibre para que pudéssemos enfrentar o bandido.

Agora, quero dizer uma coisa muito claramente: sou de acreditar no Brasil. Não acho que o Brasil vive esse quadro tão terrível como o desenhado agora há pouco. Esse quadro de falência total da Nação brasileira. Há muita coisa errada no Brasil, há muita coisa que precisa melhorar, mas eu ainda acredito no novo. E o novo não se traduz em continuar vendendo armas, porque já se provou que isso não funciona. Já hoje, vendem-se armas. Se estivesse resolvendo, não se precisaria de referendo, não se precisaria de nada. As armas que hoje estão nas mãos de civis já estariam dando conta do recado. Os bandidos já estariam com medo, porque o cidadão de bem já tem **arma**, então, eles não chegariam à casa desse cidadão de bem. Mas bandido não tem medo de arma. Bandido enfrenta o outro bandido, na guerra das gangues, na guerra do tráfico, com armas pesadíssimas. Bandido não tem medo de arma! Você pode ter a arma mais poderosa dentro da sua casa e, ainda assim, se o bandido quiser entrar na sua casa, ele vai **entrar**, ameaçar e roubar você, levar a sua arma e, se bobear, você morrerá vítima da sua própria arma. Então, é falácia dizer que se o "não" prevalecer, o cidadão de bem estará protegido. Como cidadão, defendo um Estado em que a segurança pública seja reforçada, qualificada para me proteger. Isso é o estado de direito. Dizer que ter arma é direito? Não, ter arma era direito na era do *bang bang*, na época do caubói, quando o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18/10/05	15h35min	91ª ORDINÁRIA	11

camarada colocava a arma na cintura e quem tinha a arma mais poderosa calava o outro na bala. É essa a sociedade que queremos para o Brasil?

Hoje quando precisamos de saúde e o Estado não é capaz de oferecer uma saúde satisfatória, infelizmente, recorremos a quê? Ao sistema paralelo de saúde, na iniciativa privada, na qual alguém vai ganhar dinheiro explorando a prestação de serviço que deveria ser do Estado. Alguém lucra com a falência do Estado.

Na educação acontece o mesmo. Quando vamos participar do processo educativo dos nossos filhos e percebemos que o ensino público está cada vez pior, recorremos ao expediente de colocar os nossos filhos na escola particular. Por quê? Porque alguém explora o ensino utilizando-se da falência do Estado, da má gestão do Estado, que não oferece um ensino público de qualidade. E isso se estende, por exemplo, ao plano de aposentadoria, que terá agora que ser privado. Estende-se à área da segurança do seu carro, porque você tem que pagar um seguro, porque você não sabe se seu carro será roubado ou não.

Então, cada vez mais, temos a sensação de que, quando o Estado não dá conta, alguém lucra com isso. E com essa questão da arma é a mesma coisa. O Estado não dá conta de fazer a segurança pública. Se nós dissermos o Estado não dá conta, então vou comprar uma arma, daremos mais lucro a alguém que está ocupando um lugar que deveria ser ocupado pelo Estado. E eu não quero a iniciativa privada ocupando o lugar da segurança pública oficial, porque se assim o fizesse, eu não estaria acreditando que o País pudesse oferecer aos cidadãos o mínimo de condições para que eles possam se sentir como cidadãos. E o que é mais



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18/10/05	15h35min	91ª ORDINÁRIA	12

grave ainda: além de transferir a responsabilidade do Estado para outrem, vou trazê-la para mim mesmo. Se eu posso comprar uma arma porque eu sou um cidadão de bem, significa que sou eu que terei que realizar a minha segurança. Os impostos que eu pago não resolvem nada. Eu pago o imposto mais alto do mundo, como foi mencionado aqui, e o Estado nem é capaz de oferecer uma segurança pública com qualidade, porque sou eu que terei que me defender com uma arma.

A minha arma não é a arma do 38 na cintura. Eu não quero usar o argumento da força. O País precisa usar a força do argumento. É a cultura da paz que mudará a imagem da Nação brasileira. Precisamos entender que, se o sim prevalecer, teremos chance de algo diferente. E qual é a chance? Cidadão civil só vai comprar arma em último caso, se for comprovada a necessidade. Caso contrário, não se vende mais arma em balcão. Aliás, as estatísticas mostram que o número de armas oficiais vendidas neste país é muito pequeno. No entanto, há um número enorme de lojas vendendo armas no País. Se as armas só são vendidas se forem legalizadas, como essas lojas sobrevivem? Se vendem tão poucas armas, que lucro elas estão tendo? Significa que as armas estão sendo vendidas ilegalmente. E se permanecer na mão de donos de lojas, que talvez até tenham conluio com o tráfico de armas, talvez tenham até esquema montado com a venda paralela de armas no País, aí sim teremos o risco de ter armas sem saber de onde saíram e para onde foram.

Portanto, é preciso estabelecer rigor na circulação de armas no nosso país, porque, sem esse rigor, estaremos sujeitos ao aparecimento de armas provenientes de qualquer fonte e à proliferação delas no nosso país



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18/10/05	15h35min	91ª ORDINÁRIA	13

como se fosse a coisa mais banal do mundo. Comprar arma é como comprar uma lata de coca-cola em uma máquina da esquina. Eu acho que o nosso país merece algo diferente.

O que o nosso país está precisando é de buscar, com base no princípio da legalidade, atender aos principais anseios da nossa sociedade. E dizendo "sim" à não-proliferação de armas e munições diremos ao Governo: "Governo, faça a sua parte. É dever do Estado oferecer segurança pública, e eu não quero trazer essa responsabilidade para mim. Eu quero que o Governo faça o seu papel, porque eu pago imposto, eu sou cidadão e eu exijo que seja feito assim!"

Não vou me estender mais em muitos argumentos, mas creio que vale a pena enfatizar mais um; a banalização da venda de armas funciona como se estivéssemos vivendo no tempo em que quem gritava mais alto tinha a autoridade e o poder de fazer o outro calar. A arma tem muito mais a ver com poder do que necessariamente com segurança. Quem quer usar uma arma quer mostrar-se forte; quem quer usar uma arma quer dizer ao outro: "me respeite, senão eu mando bala". Mas esse não é o tipo de respeito que valoriza o cidadão, O cidadão não deve ser valorizado pelo grito que dá ou pelo tamanho da arma que ostenta, ele tem que ser valorizado porque é um cidadão que tem responsabilidades e deveres e que precisa cumprir essas responsabilidades e deveres, atendendo aos princípios mínimos da convivência fraterna, humana, solidária, responsável e equilibrada.

Por causa de briga de trânsito se mata. Isso é banalizar a vida. Por causa de um par de tênis se tira a vida de um jovem. Por quê? Porque o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18/10/05	15h35min	91ª ORDINÁRIA	14

consumismo mostra o modelo que você deve ostentar, o modelo do ter, e aí o jovem que não tem chance de ter vai apelar para a arma, para a agressividade na ânsia de conseguir igualar-se aos outros.

Não precisamos disso no nosso país. Precisamos, sim, de políticas justas, de distribuição de renda e de segurança pública eficaz para atender às demandas, afinal, eu ouço o meu grande mestre, aquele que todos nós que temos a visão cristã reconhecemos como o grande ensinador de todos os tempos. E Ele não disse "armai-vos uns aos outros", mas sim "amai-vos uns aos outros, assim como eu vos amei".

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Convido para fazer a sua defesa o Dr. Márcio Garritano, integrante da Frente Parlamentar pelo Direito da Legítima Defesa, professor e bacharel em Ciências Econômicas.

SR. MÁRCIO GARRITANO - Boa-tarde a todos. Eu gostaria, inicialmente, de agradecer ao Gabinete da Deputada Erika Kokay o convite feito por intermédio do Michel Platini. Eu gostaria também de parabenizar a iniciativa democrática - rara em nosso país, em alguns segmentos - do Deputado Leonardo Prudente, de convocar número de pessoas iguais para falar sobre um tema que, por nós, já é discutido há vinte anos. Portanto, esse tema estamos terminando de discuti-lo agora, no meu caso.

Srs. Parlamentares, senhoras e senhores, na realidade não podemos ter um lapso de memória, não podemos fazer de conta que isso não aconteceu e que estamos vivendo, hoje, o final de uma era, o final da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18/10/05	15h35min	91ª ORDINÁRIA	15

era do desarmamento. Ela termina depois de amanhã. Não podemos fazer de conta que isso não aconteceu.

Eu trabalho nessa área; dia a dia discuto esse problema há vinte anos. Então, essa questão de desarmamento já faz parte do passado; a última legislação editada pelo Governo Federal, Lei nº 10.826, é de 22 de dezembro de 2003, daqui a dois meses **completar-se-ão** dois anos. Então, nós não estamos mais falando em desarmamento - o que já começou há muitos e muitos anos -, pois esse assunto do desarmamento já foi vencido. Aliás, nós lutamos como pudemos e perdemos cada uma das batalhas. Na verdade, quando eu digo nós, refiro-me ao povo brasileiro, que perdeu ao terem sido aprovadas várias e várias leis estaduais - inclusive esta Casa aprovou uma lei distrital que proibia a venda de armas. Muito embora fosse inconstitucional - na época, o próprio Governador admitiu que era uma lei inconstitucional e ele sabia disso, só que ele queria alertar as autoridades -, assim foi feito em vários Estados brasileiros. O desarmamento é coisa do passado. Nós não podemos fingir que isso não aconteceu, isso já é passado.

O que está se falando agora sobre referendo é o seguinte. No domingo, dia 23 de outubro, o povo brasileiro, maior de 18 anos e menor de 70 anos, vai ser, **obrigatoriamente**, chamado às urnas para responder a seguinte questão: o comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil? A **pergunta**, por si só, já é desonesta, e desonesta em dois sentidos. Se fosse honesta, deveria estar embutido o seguinte: o comércio de armas de fogo e munições legais - que é aquilo que já não se vende mais - deve ser proibido no Brasil? Segundo: você não pode fazer uma afirmação colocando, ao fim de uma afirmação, um ponto de interrogação. Portanto, ela



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18/10/05	15h35min	91ª ORDINÁRIA	16

é enganosa, e parte significativa da grande mídia nacional apoiou isso, algo que começou há muitos anos.

No início dos anos 90, começou a se falar mais enfaticamente, em nível legislativo, sobre desarmamento. E ganhou muita força no Rio de Janeiro, quando a população carioca já não agüentava mais o nível de violência. Estava absolutamente indignada com a impunidade. Infiltraram-se, no meio de uma reivindicação social justa e honesta, pessoas com segundas intenções e colocaram o seguinte: vamos desarmar. A reivindicação original do povo não era essa. O inimigo nunca foi esse. Isso foi plantado de forma premeditada e calculada, com segundas intenções.

Quais eram as reivindicações? Nós, o povo brasileiro, não queremos mais violência. Nós estamos indignados com a impunidade. Todos os movimentos no Rio de Janeiro conseguiram êxito total. Movimentos em Câmara Legislativa Municipal, Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, Câmara Estadual do Rio de Janeiro conseguiram aprovação, assim como nesta Casa, para quê? Para alertar as autoridades e, finalmente, em 1997, conseguiu-se a aprovação da Lei do Sinarme, quando praticamente foi a zero a venda de armas legais. Nós não podemos esconder isso da população. Isso é uma verdade: a venda de armas legais foi a praticamente zero. No Rio de Janeiro, não se vendem armas há oito anos. Não se pode esconder isso do povo! Nós não podemos ficar fazendo de conta que isso não é verdade, pois é verdade.

Portanto, agora, às vésperas de uma eleição, o que precisamos ter? A coragem de falar o seguinte: deu certo no Rio de Janeiro? Temos de saber como está a população do Rio de Janeiro, que apoiou os movimentos;



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18/10/05	15h35min	91ª ORDINÁRIA	17

saiu, em massa, às ruas, com apoio total de deputados estaduais, federais, senadores e até do Presidente da República, que, à época, saiu, de branco, às ruas. Quando entrevistado, ele disse o seguinte: eu estou aqui caminhando pela paz, para que nós alertemos as autoridades deste país contra a violência. Isso foi transmitido em cadeia de comunicação pelo Brasil todo.

Essa manifestação teve adesão no Rio de Janeiro - veículos de comunicação disseram que 83% da população carioca aderiu a esse movimento. O fato é o seguinte: hoje, oito anos depois, a população carioca não adere mais isso porque, na verdade, isso que eu pensava ser inócuo, é pior que inócuo, é utópico mesmo: você proíbe o cidadão legal e honesto, que cumpre dezenas de formalidades, esse está proibido; mas você não proíbe, por exemplo, o que ocorreu aqui no Gama. Neste mês de outubro, treze homicídios foram cometidos por menores de 18 anos no Gama. Seriam mesmo menores de 18 anos? Ou as gangues se armam e incorporam menores para que eles assumam a autoria dos crimes?

Então, a gente criou, na verdade, uma oportunidade de subterfúgios para se praticarem crimes que fiquem definitivamente na impunidade. A população, que já estava indignada com a impunidade naquela época, hoje, está indignada ainda mais! Por isso, veio a grande surpresa! Qual foi a grande surpresa? O fato de que o "sim", que esperava por 80% de aprovação, está na porta da derrota. Ele está prestes a perder o referendo do dia 23 de outubro. Alguns analistas políticos consideram a situação muito difícil.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18/10/05	15h35min	91ª ORDINÁRIA	18

Há algumas coisas que a gente considera: no pronunciamento do Deputado Peniel Pacheco, há algo que a gente precisa concordar: se ganhar o "sim" ou o "não", qualquer que seja o resultado final, Deputado, a gente não vai ter consequência nenhuma! Esta é uma verdade e a triste constatação confere com o fato de que não está aí o problema. O problema está em outro lugar, já citado aqui também, que é a questão das desigualdades.

Nós teremos, futuramente, no Brasil, uma ampliação das desigualdades. Se hoje reclamamos de desigualdades sociais e econômicas, quando 60% da população mais pobre não consegue ganhar nenhum percentual dos 5% mais ricos, isso levará a grandes problemas sociais, em função também da grande diferença cultural e de educação, na qual temos um número milionário de pessoas analfabetas. Existem milhões de analfabetos e, pior ainda, existem milhões de pessoas semi-alfabetizadas - aqueles que conseguem ler, mas não entendem o que lêem.

E agora, se fosse aprovado o "sim" no referendo, nós criaríamos um terceiro grande grupo de desigualdades: a desigualdade de forças, senhores! A desigualdade de forças, que daria a alguns, àqueles que não respeitam a lei - para eles tanto faz como tanto fez, porque eles não querem saber se houve lei de Sinarme ou a Lei nº 10.826; não importa, já que eles não respeitam a lei mesmo -, esses, sim, estarão sempre armados, em contrapartida daquela população que, como disseram aqui, acredita e tem fé no povo e no País, que acredita que se possa construir um país melhor e acredita também que podemos mudar!



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18/10/05	15h35min	91ª ORDINÁRIA	19

Ora, a mudança, hoje, significa o "não", porque no nosso país, há décadas, nós já sofremos o desarmamento que começou, aliás, nos anos 60, já que até os anos 60, o cidadão ia - como em qualquer país da Europa hoje, fora a Inglaterra - em um lugar, comprava uma arma, pegava uma caixa e a levava para casa. A partir dos anos 60, começou, gradativamente, o desarmamento. Então, o desarmamento tem data para acabar, que é a entrega voluntária das armas sem comprovação de origem.

Então, hoje, o "não" é o voto da mudança: nós não acreditamos nessa proposta. Houve essa proposta em outros Estados, como o Rio de Janeiro, e em outros países, como Inglaterra e Austrália, e não deu certo. Todos os índices de criminalidade subiram. Hoje, nós devemos votar "1".

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Antes de convidar o próximo inscrito, que fará a sustentação pelo "sim", registro, com satisfação, a presença da Deputada Ivelise Longhi.

Após o término dos quatro preletores, os Deputados presentes nesta sessão terão cinco minutos cada um para fazer as suas manifestações, independentemente de posicionamentos "sim" ou "não". E aqueles aqui do plenário e da galeria que quiserem também se manifestar, coloquem o nome e aquilo que os senhores irão defender, o "sim" ou o "não", nas fichinhas que vocês receberam, para que possamos ser bastante democráticos e não venhamos a privilegiar o "sim" em detrimento do "não" ou vice-versa. Daremos o tratamento igualitário também no caso daqueles que estão aqui presentes. Chamaremos alternadamente os senhores para



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18/10/05	15h35min	91ª ORDINÁRIA	20

que façam a intervenção, neste microfone, dispondo de dois minutos cada um.

Convido o Cidadão Francisco Leite, conhecido como Chico Leite, Promotor de Justiça, para fazer aqui as suas considerações com o tempo de dez minutos.

DEPUTADO CHICO LEITE - Deputado Leonardo Prudente, em nome de V.Exa. eu quero cumprimentar todos aqueles que fazem parte desse seleto debate. Adiantando que só o debate em si - sou daqueles fanáticos pela democracia - já significa uma vitória.

Cumprimento os colegas que estão no plenário: Deputado Chico Vigilante, Deputada Ivelise Longhi. Quero também parabenizar a Deputada Erika Kokay, o Deputado Peniel Pacheco e os professores pelas posições aqui manifestadas, A posição mais correta é sempre aquela de opção da maioria.

Eu, todos sabem, fiz quase quinhentos júris na minha vida como Promotor de Justiça. E todos sabem que no júri julgam-se os crimes dolosos contra a vida: o homicídio; o aborto em suas várias modalidades; a participação em suicídio e o infanticídio, Art. 121 a 128 do Código Penal Brasileiro. Por isso, durante longos anos, eu pude vivenciar um debate diário acerca desses crimes. Não apenas do ponto de vista legal, mas também do ponto de vista criminológico, vitimológico, do próprio histórico do crime.

Eu queria, então, se assim me permitissem, trazer alguns dados. Não que eu seja contra as emoções, até porque - a Deputada Erika Kokay, que é psicóloga, afiançaria, sem dúvida, a afirmação - não controlamos as nossas emoções. Ainda bem.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18/10/05	15h35min	91ª ORDINÁRIA	21

Não sendo contra a emoção própria do debate, eu queria trazer alguns dados que, na minha avaliação, fotografam com **realismo** e com uma racionalidade kantiana o assunto. Primeiro, é preciso que notemos que o debate do desarmamento, que culmina agora com o debate da proibição da venda, da comercialização de armas de fogo e **munição**, não tem nada a ver com o debate sobre segurança pública, sobre aumento ou diminuição de violência. Esse é o primeiro mito que temos de quebrar.

Para diminuir a violência, tínhamos de incluir trinta milhões de brasileiros. Então, o debate não é sobre violência, sobre segurança pública, o debate não é esse. O debate, na verdade, trava-se em **quatro** searas. Por isso, iniciei falando do júri. Que quatro searas são essas?

Primeiro, a seara dos homicídios, seja na forma simples do *caput* 121, seja na forma qualificada do § 2º do 121. Enfim, na forma chamada privilegiada do § 1º. Em todas as formas em que o homicídio é de natureza passional, não do ponto de vista vernacular, mas do ponto de vista jurídico. Essa é a primeira seara.

A segunda seara é a do suicídio. Eu já ouvi muito dizer que o Rio Grande do Sul registra o maior número de armas por habitantes, é verdade. Mas eu preciso dizer que o Rio Grande do Sul também registra o maior número de suicídios com armas de fogo. É preciso fazer menção a esse dado.

A terceira seara é a dos acidentes. Foram trinta e cinco crianças acidentadas com arma de fogo no Distrito Federal só neste ano. Acidentes dos mais variados. Inclusive entre pessoas hipoteticamente formadas para usar armas, como os pertencentes à força pública.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18/10/05	15h35min	91ª ORDINÁRIA	22

A quarta seara é fonte do criminoso **patrimonial**: quando a arma é subtraída de quem a compra legalmente ou quando a pessoa extravia a arma e ela cai em mãos **ilícitas**. Pois bem, são quatro searas.

Ninguém aqui está debatendo a criminalidade patrimonial, que tem por fundamento básico a desigualdade social. Ninguém está debatendo, sob hipótese alguma, as causas. Estamos debatendo a consequência. Causa debate-se com educação, com emprego, com inclusão social. É preciso dizer isso. Em seguida, é preciso formar as searas. São essas quatro. O debate é só sobre essas quatro searas. Nada além disso. Pois bem, essas **searas**, eu preciso dizer, opõem-se à idéia de que a arma pode ser utilizada para legítima defesa. E quantas vezes eu pude trabalhar nesse instrumento do ponto de vista teórico, do ponto de vista prático no meu trabalho diário como Promotor de Justiça.

Eu trago dados que já são muito conhecidos. São dados de 2001 do FBI. Portanto, de nenhuma ONG ou de ninguém descredenciado. Aliás, Estados Unidos é o país que mais tem armas e que tem o maior número de **vítimas** registradas. O FBI, numa pesquisa em 2001, diz o seguinte: para cada sucesso no uso defensivo de arma de fogo em homicídio justificável, esse da legítima defesa, por isso justificável, houve 185 mortes com armas de fogo em homicídios, suicídios ou acidentes. Exatamente as três primeiras searas que eu utilizei.

A criminalidade patrimonial. Todo mundo diz: "vão desarmar o cidadão de bem e deixar armados os bandidos". O bandido é sempre um criminoso patrimonial. Interessante que é a prevalência do direito individual. Os criadores desses tais bandidos da criminalidade patrimonial ou da luta



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18/10/05	15h35min	91ª ORDINÁRIA	23

contra o direito individual são exatamente aqueles que são convidados para serem paraninfos de formatura.

Nessa seara, segundo pesquisa da segurança pública do Estado de São Paulo, um órgão absolutamente provisionado para tal, apenas 5% das mortes deram-se em crimes patrimoniais. Ou seja, em 95% - esses dados que estou mencionando estão na minha mão - dos casos foram de acidentes, suicídios ou homicídios. Portanto, sem a causa patrimonial. Não é o latrocínio: matar para roubar.

É só essa seara dos 5% que nos faz vir ao debate. Na mesma esfera também, invoca-se a hipótese de que as chamadas armas brancas também matam. As pedras matam. Eu tive oportunidade de dizer outro dia num debate que também se morre de raiva ou de susto. Mas é interessante que pedras utilizadas na construção, pedaços de pau, igualmente armas brancas, as chamadas facas, mesmo a faca de cozinha, todas elas têm uma finalidade lícita. Há algumas comparações de carro, o que é pior. Carro se destina a matar? Não! Não me consta que carro seja destinado a matar, mas a arma de fogo só tem um objetivo: ela foi feita para matar.

Ultimamente, tenho me recusado a participar de debates, porque tenho verificado que chegamos a um ponto em que as informações se encontraram ou se desencontraram de tal sorte - não me refiro aqui aos dois ilustres doutores que defendem a posição negativa para o referendo, pois tenho muito respeito por quem mostra uma posição - que eu, que sou um desarmamentista, há muitos anos...

(Corte do microfone.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18/10/05	15h35min	91ª ORDINÁRIA	24

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Esta Presidência lembra ao Deputado Chico Leite e a todos os que se encontram no plenário que esta Comissão Geral está sendo transmitida ao vivo a todo o Distrito Federal pelo canal 9 da *Net* e também em UHF. Portanto, a platéia é muito além da que se encontra presente. Queremos registrar os agradecimentos à *TV Distrital*.

Devolvo a palavra ao Deputado Chico Leite, que dispõe de mais dois minutos para concluir o pronunciamento.

DEPUTADO CHICO LEITE - Muito obrigado, Sr. Presidente. Hoje em dia, os dados têm sido, de todas as maneiras, desconstruídos, de sorte que, até do ponto de vista jurídico, há muitas dúvidas e questionamentos. Conversei há pouco com um professor da Universidade de Brasília, a quem afirmei que o estatuto prevê situações de armas pertencentes a moradores da área rural, àqueles que já possuem armas, e disse que uma comissão especial vai estudar todas as situações especiais. Mas tenho me recusado a ir aos debates porque eu acho muito pouco - quero dizer isso a todos - a proibição apenas do comércio. Para mim, nem as forças públicas poderiam usar armas. Se a arma foi feita para matar, ninguém poderia usar armas. É uma sensação de segurança absolutamente lunática a do sujeito que tem a arma que poderá ser muito mais utilizada contra ele e contra as pessoas que ele mais ama.

Ouvi do orador que me antecedeu comentários acerca de uma pesquisa do *Australian Bureau of Statistics*, de 2003. É interessante como se esquecem que essa onda de criminalidade deu-se apenas no tangente àquela que não se utilizava na Austrália, que eram as armas brancas. Trata-



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18/10/05	15h35min	91ª ORDINÁRIA	25

se de um índice pequeno, mas que foi tido como um todo. É absolutamente periférico, porque, na realidade, temos a estatística do Japão, onde as armas são absolutamente proibidas e tem as mais baixas taxas de homicídio do mundo: 0,03% para cada 100 mil habitantes. Os dados são da Organização Mundial de Saúde, de 2002. São oitocenas vezes menor do que no Brasil. Sou daqueles que entende o seguinte: arma, força pública ou bandido. O ideal é que chegássemos ao tempo em que nem a força pública usasse armas. Se ainda assim pudermos dar esse primeiro passo, Sr. Presidente, se esses R\$ 540.000.000,00 (quinhentos e quarenta milhões de reais) gastos no referendo puderem salvar uma única vida, não tenha dúvida de que eu gastaria, se mais anos de vida tivesse, muito mais do que isso.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Esta Presidência convida a jornalista Valéria Velasco, presidente da ONG Convive, integrante da Frente Parlamentar Por Um Brasil Sem Armas, para fazer parte da Mesa.

Sob o ponto de vista regimental, manteremos o que foi deliberado pela Mesa. Daremos, agora, cinco minutos para cada Deputado que quiser se manifestar e depois abriremos espaço para que os demais membros possam usar da palavra, momento em que a jornalista Valéria Velasco terá a oportunidade de manifestar seu ponto de vista, como os demais integrantes deste plenário.

Após a manifestação dos Deputados e dos membros da platéia, a Mesa disporá de mais um minuto para as considerações finais, a fim de que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18/10/05	15h35min	91ª ORDINÁRIA	26

possamos encerrar a sessão rigorosamente às 18h, considerando que, logo em seguida, haverá uma sessão solene nesta Casa.

Registro a presença do Vice-Presidente desta Casa, Deputado Chico Floresta.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE - Votarei "sim". Sei usar arma, sou vigilante, mas vou votar "sim". Já tive a oportunidade de expor a minha posição e vou repeti-la neste momento: este debate está desconectado da atual realidade do Brasil. O debate está malfeito. Alguns defensores do "não" tentam jogar todas as mazelas existentes na sociedade como responsabilidade do Governo Lula. Eles dizem que o Governo Lula apoia o "sim", motivo pelo qual as pessoas devem votar "não". Isso é um absurdo.

Há também alguns defensores do "sim" que acreditam que basta a aprovação para acabar a violência no Brasil, mas ela não vai acabar. É preciso assumirmos uma posição que acredito ser correta: o que nós, defensores do "sim", temos de fazer é tentar tirar a arma das mãos de quem não sabe usá-la e não tem a necessidade de usá-la. Isso é importante.

Ontem foi publicado no *Jornal de Brasília* um artigo de um delegado de polícia do Distrito Federal, o Dr. Julião. Tive a oportunidade de conhecê-lo na ocasião da investigação do assassinato da Sra. Elizabeth, assassinada a mando do marido. O Dr. Julião foi um dos delegados que investigou o caso. O artigo é interessante porque pontua algo importante. Ele diz que se discute não o porte, porque hoje está muito difícil a aquisição do porte de arma. Hoje ninguém consegue comprar uma arma e adquirir o porte



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18/10/05	15h35min	91ª ORDINÁRIA	27

dela com menos de R\$ 3.000,00 (três mil reais). Isso é real. Logo, a maioria das pessoas está fora disso.

Não faz sentido discutir-se a questão de possuir arma em casa. As pessoas dizem que a arma é necessária à defesa. Se ela se destina à defesa, ela deveria estar com a pessoa. Se alguém sofre algum tipo de desentendimento na rua e volta a casa para pegar a arma e revidar, isso é vingança. Logo, o uso já perdeu o sentido. É vingança. Acontece um fato e a pessoa volta para casa para pegar uma arma a fim de revidar.

Há outro ponto interessante na matéria: a evolução da sociedade. Ele comenta que, no início, o homem andava de armadura e com armas para que um grupo matasse o outro no momento em que se encontrassem. Portanto, queremos que volte isso? Tem de se andar com um revólver, com uma pistola - cada vez há armas mais letais - para provar que sou o tal? A discussão correta que tem de ser feita é de se implantar uma verdadeira cultura de paz neste país. E não existe, Deputado Peniel Pacheco, cultura de paz com arma. Adianta dizer "eu sou da paz" e ter uma arma? Ou você não tem arma e é da paz, ou você tem arma e não é da paz. Não adianta dizer que tem uma arma e é da paz. Paz e amor com minha arma em casa ou com minha arma no carro. Isso não existe. Todos nós sabemos o nosso momento de desequilíbrio.

Eu votarei "sim". Espero que o "sim" vença. Estou lutando para que o "sim" vença. Acho que a maneira com que o debate está sendo travado... Não é o caso dos dois debatedores aqui, mas boa parte dos defensores do "não" que tem aparecido na televisão estão mentindo, e é lamentável que a Justiça Eleitoral permita. Eles estão usando indevidamente,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18/10/05	15h35min	91ª ORDINÁRIA	28

de maneira desonesta, o debate. Tem sido desonesto - e é lamentável que isso tenha sido **permitido**. Um exemplo é o uso de trechos da fala de um homem da dignidade, da **honradez** do Márcio Thomaz Bastos. É desonestidade! Portanto, eu acho que é preciso que essas coisas fiquem pontuadas. Agora, espero que as pessoas que estão nos assistindo neste momento reflitam e votem no "**sim**", que eu acho que é um passo a mais para se implantar uma cultura da paz. Não é que se vai resolver a violência. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) -
Concedo a palavra à Deputada Ivelise Longhi.

DEPUTADA IVELISE LONGHI - Obrigado, Sr. Presidente. Eu gostaria **de**, em seu nome, saudar todos os componentes da Mesa, a Deputada Erika Kokay, o Deputado Peniel Pacheco, a minha prezada Valéria Velasco, os professores e os debatedores presentes, o Deputado Chico Vigilante, o Deputado Chico Floresta e os senhores e as senhoras aqui presentes. O Deputado Chico Leite se posicionou com muita eloquência e com dados jurídicos. Confesso a vocês que não tenho essa eloquência jurídica, até porque sou arquiteta. É a minha formação. Da mesma maneira, estamos aqui para defender um ponto de vista que não é apenas pessoal, de cidadão. Nós, como Parlamentares, muitas **vezes**, transcendemos a nossa situação de cidadão, porque o que apreciamos pode influenciar outras pessoas. Portanto, não é apenas o nosso ponto de vista, mas também a defesa de idéias daqueles com quem conversamos, **daqueles** que defendemos e representamos. Como disse o Deputado Chico Vigilante, muitas pessoas estão induzidas a dizer o "sim" por conta do Governo Lula.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18/10/05	15h35min	91ª ORDINÁRIA	29

Eu sou do PMDB, mesmo assim, o meu voto é "sim". Hoje, com toda essa discussão, não estamos falando da violência pura e simplesmente. Não estamos aqui discutindo ou querendo imaginar que este referendo trará a igualdade social por que tanto lutamos. Sabemos que moramos em um mundo, não apenas em um país, mas em um mundo cheio de disparidades. Sabemos e temos conhecimentos de que, pela educação, pelas oportunidades de empregos, de chances que as pessoas têm para poder conseguir coisas melhores na vida é que vão, aos pouquinhos, diminuir as desigualdades, fazendo com que a violência, automaticamente, diminua. Eu senti isso muito no próprio trabalho que desenvolvi, durante 25 anos, no Executivo, quando lá estive. Nós lidávamos com a questão da moradia. E na questão da moradia, percebemos demais isso. Como as pessoas, ao se organizarem em um lugar melhor, mais digno, passam a ter uma nova perspectiva de vida, passam a ter uma idéia diferente do mundo em que elas vivem. Elas sentem que é dada a elas uma oportunidade. Aí sim, aquelas pessoas passam a conviver de uma forma mais solidária, inclusive, com seus semelhantes. E é isso que vai fazendo com que a violência diminua. Agora, De que adianta a nós, cidadãos comuns, ter uma arma em casa? Aí, darei um depoimento pessoal. Eu já tive uma arma. Eu digo que já tive, porque eu não a tenho mais. Eu já entreguei essa arma. Não apenas entreguei, não fui lá entregar. Foi de uma forma diferente. Há muitos anos, meu esposo adquiriu um porte de arma e comprou uma arma. E eu fui fazer um curso, porque o meu pai era campeão de tiro. Achei extremamente interessante. Foi a única vez que usei aquela arma. Confesso a vocês que não senti nenhum prazer em saber manejar uma arma. Essa arma ficou na



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18/10/05	15h35min	91ª ORDINÁRIA	30

minha casa por vários anos, escondida em cima de um armário. Eu tenho três filhos e tinha muito receio de que eles a encontrassem, de que brincassem com ela. Há tantos acidentes que acontecem por aí fora! Então, ela estava bem escondida; inclusive, ela ficava em um canto e as balas em outro canto bem diferente. De que me serviria aquela arma em defesa própria? Apenas se fosse por uma questão de vingança. Mas, nesse caso, seria um crime premeditado, pois eu teria de ir à minha casa, carregá-la e sair à rua para acertar as contas com alguém. Agora, se alguém entrasse em minha casa e eu tivesse de usá-la em legítima defesa, ela não me serviria de nada, mesmo que ela estivesse mais acessível a mim, com as balas colocadas e eu sabendo manejá-la. Para que ela me serviria? O bandido entrou em minha casa de surpresa e não tinha nada a perder. Agora eu tinha muito a perder. Portanto, eu pensaria duas, três, dez vezes, tempo suficiente para eu, talvez, perder a minha vida, a dos meus filhos e a do meu marido. Outro dia, eu viajei e minha casa foi arrombada. A arma foi embora. Meses depois, a minha arma foi achada no Paranoá, nas mãos de bandidos. Então, era esse o depoimento que eu gostaria de dar.

Voto pelo "sim". Voto por uma cultura de paz, como foi dito aqui. É isso o que estamos procurando: um mundo melhor, um mundo mais justo, sem armas. Temos de lutar por outras causas, muito mais ricas, muito mais sérias do que esta.

Eu gostaria de parabenizar a Mesa por este debate e dizer que democracia é isto: escutarmos as razões de quem vota "não"; escutarmos as razões de quem vota "sim". Acho que não há algo mais democrático do que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18/10/05	15h35min	91ª ORDINÁRIA	31

a sociedade decidir, referendar. Ela não está apenas decidindo, ela está referendando o que já está previsto em lei.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Obrigada a todos. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) -

Concedo a palavra ao Deputado Chico Floresta.

DEPUTADO CHICO FLORESTA - Sr. Presidente, nestes breves cinco minutos, eu queria reverenciar toda a Mesa na pessoa da jornalista Valéria Velasco e agradecer a presença de todos, pois acho importante a participação popular em nossos debates.

Está chegando a hora da decisão, da verdade, de decidir, de chegar lá, votar e definir o destino que queremos para o nosso Brasil. Nesta hora, já não cabe mais tentarmos convencer, por estatísticas, nem dizer quantas mortes ocorreram, pois a população já não está apreendendo mais isso. O debate, na televisão, está sendo muito esclarecedor. Há programas, há argumentos de um lado e de outro. Tenho confiança de que isso que fizemos rapidamente interferirá muito mais na decisão das pessoas do que esse volume de estatísticas que, às vezes, apresentamos.

Cada um de nós apresentou uma situação vivida e real da própria existência.

Ontem, conversando com a minha mãe - que tem setenta anos de idade, mora em Fortaleza e está comigo, em minha casa, há um mês, para a realização de exames -, depois da exibição da propaganda, ela me relatou uma história de quando eu era criança, de que eu não me lembrava. Dizia ela que eu tinha cinco anos, meu irmão, três, e que meu pai tinha uma

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18/10/05	15h35min	91ª ORDINÁRIA	32

arma. Uma vez, meu pai, limpando essa arma, disse-me: "Olha, nunca mexa nisso, porque é o 'bicho de fogo'". Meu irmão tinha três anos. Quem tem arma em casa precisa estar atento vinte e quatro horas por dia, durante anos, enquanto aquela arma lá estiver, porque temos filhos e família e pode haver algum acidente. Meu pai, numa ocasião, esqueceu a arma em um local a que o meu irmão de três anos teve acesso. Meu irmão de três anos de idade estava manuseando essa arma. Fui até meu pai e minha mãe e disse: "Olha, o meu irmão, o Lino, está mexendo com o 'bicho de fogo'". Insistente, puxando-o pelo braço, disse que ele estava mexendo com o "bicho de fogo". Foi quando o meu pai lembrou da história, correu e, por trás, pegou a arma do meu irmão, que estava com o dedo no gatilho. Eu poderia estar na frente daquele gatilho! Então, essas são as situações que cada um de nós, ao lembrar, ao rever, ao buscar na memória, contará ao vizinho, à família e mostrará o quanto é importante, nesta hora de decisão, ter clareza para o futuro.

Ao Gandhi é atribuída uma frase que achei muito interessante: "Se a Lei de Talião - olho por olho, dente por dente - fosse vigente, até hoje, e se todos a levassem ao pé da letra, provavelmente, teríamos uma sociedade de cegos".

Nós superamos isso com o processo civilizatório. Se levássemos essa cultura da Lei de Talião, do Código de Hamurabi e de outros da história da humanidade, se nós não vivêssemos um processo civilizatório, que nos faz evoluir e avançar, que esperança teríamos para a humanidade? Que esperança teríamos de apresentar um futuro melhor, uma sociedade do bem? Uma sociedade em que o aperto de mão - não sei se todos sabem -



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18/10/05	15h35min	91ª ORDINÁRIA	33

passou a ser um dado absolutamente significativo no processo *civilizatório*. Sabe o que o aperto de mão significa? Eu não estou armado, eu estou desarmado e, por isso, aperto a sua mão. Isso foi um passo enorme, do ponto de vista do processo civilizatório, porque nos *permite* vivenciar situações humanas em que olhamos para o outro e não identificamos *nele* o inimigo e, sim, um parceiro, um *cooperador*, um amigo.

São esses momentos de avanço, no processo da civilização, que a sociedade brasileira sempre soube identificar e marcar com muita clareza. Por isso, acho que, ao *votar*, ao apertar aquela tecla, temos de ouvir o nosso coração. Devemos parar com as *estatísticas*, com essa parafernália toda e ouvir o coração. É de Deus criar uma sociedade de bem ou não? É de Deus criar uma sociedade sem armas ou não? É de Deus construir uma sociedade mais justa ou não?

Nós teremos oportunidade, apertando a tecla com o número dois, o "sim", de mostrar que a sociedade brasileira está preparada para construir a nova civilização que esperamos para o nosso planeta.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) -
Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Senhoras e senhores, eu gostaria de saudar a todos e dizer da importância deste debate até para que possamos destruir uma série de medos. Neste debate, já vimos que o mito da *auto-defesa* é realmente um mito, visível em todos os estudos, que apontam para a seguinte situação: você tem cento e oitenta vezes mais chance de morrer ao estar armado e reagir a um bandido armado do que se

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18/10/05	15h35min	91ª ORDINÁRIA	34

não estiver armado. Há também o mito de que o "sim" seria desarmar o cidadão de bem e armar os bandidos. Eu diria que a maioria das pessoas que morrem, nesta cidade, de acordo com levantamentos da própria Secretaria de Segurança, são pessoas que morrem assassinadas por outras pessoas conhecidas. Temos um dado claro, no que diz respeito, particularmente, às mulheres: dois terços das mulheres que morrem vítimas de arma de fogo morrem vitimizadas por seus companheiros ou maridos, que, talvez, se não tivessem uma arma, não teriam a possibilidade de matá-las. Ora, temos estatísticas que indicam que 15,5% dos homens que são assassinados são mortos por pessoas desconhecidas e apenas 8,9% são mulheres. Portanto, temos um quadro em que estamos trabalhando na perspectiva da desconstrução de uma cultura que não considera o Estado promotor da segurança pública e que estimula as pessoas a buscarem a sua segurança por meio da sua própria ação e, via de regra, sem a eficácia necessária. Portanto, estamos aqui discutindo aquilo que foi bem pontuado pelo Deputado Chico Leite: estamos discutindo o suicídio, os acidentes, aqueles crimes que são cometidos a partir da ocasião, crimes não-premeditados. Estamos discutindo um primeiro passo para desconstruir as estatísticas que indicam que mais de quarenta mil pessoas morrem, por ano, neste país. A guerra civil está estabelecida neste país, e todas as experiências que temos, a partir de uma cultura de desarmamento, apontam para uma diminuição dos homicídios. Os dados oficiais da Austrália não apontam que houve uma onda de criminalidade, houve, sim, um aumento dos crimes por arma branca, que são menos letais - e todos nós sabemos - pelas circunstâncias em que se dão. E apontam que houve uma diminuição



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18/10/05	15h35min	91ª ORDINÁRIA	35

de 43% dos crimes e das mortes em geral. Esse é um dado real. É o mesmo dado que também aponta a Grã-Bretanha, com a diminuição substancial. E temos os dados do Brasil, do Datasus, de que mais de três mil mortes foram evitadas, em função apenas do Estatuto do Desarmamento, que pune o bandido porque criminaliza o porte ilegal de arma, que, via de regra, está na mão do bandido. Aqueles que não querem beneficiar os bandidos não deveriam ser contra o Estatuto do Desarmamento porque criminaliza, porque estabelece penas para os portes ilegais de armas. Portanto, incide diretamente sobre aqueles que têm arma de maneira ilegal, ou seja, sobre os bandidos deste país e desta cidade.

Eu gostaria de atentar para um outro aspecto: em um final de semana, vi a propaganda do "sim" e do "não". Vi que o "não" dizia que milhares de crianças acidentam-se em casa, por queda, por queimaduras, e poucas por arma de fogo. E eu digo: "Que banalização da vida!" Na propaganda do "não", estava lá que quase seícentas crianças morrem, por ano, neste país, vítimas de arma de fogo dentro de casa. Eu digo: seíecenías ou quase setecentas crianças são quase duas crianças acidentadas - acidentadas! - dentro de casa por armas! Como eu posso dizer que esse é um índice menor? Como eu posso dizer que isso não tem importância? Isso é uma banalização da vida dessas crianças acidentadas dentro de casa porque nela havia uma arma!

Mas além de descaracterizar o Estado como promotor da segurança pública e estimular a autodefesa de forma absolutamente ineficaz, há um outro problema. Dizer que se está mais seguro com uma arma significa dizer que a arma é o poder! A arma é o poder! É desvirtuar os



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18/10/05	15h35min	91ª ORDINÁRIA	36

princípios básicos de que o empoderamento dos nossos jovens, a busca de visibilidade dos nossos jovens não pode se dar por meio de uma arma! Tem que se dar por intermédio da sua inserção enquanto sujeito da sua própria história!

Portanto, há duas falsidades: a descaracterização do Estado e a caracterização da arma como poder. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Srs. Deputados, senhoras e **senhores**, eu abrirei mão dos cinco minutos a que tenho direito na condição de Parlamentar até para não perder a condição de magistrado. Farei apenas a minha declaração de voto no encerramento desta Comissão Geral. Isso para que nós mantenhamos a discussão com absoluta imparcialidade.

Outrossim, antes de abrir o espaço àqueles que desejam usar da palavra, nós queremos lembrar que os vinte e quatro Deputados desta Casa foram convidados a participar desta Comissão Geral. Os Parlamentares que tiverem interesse poderão se manifestar pelo "sim" ou pelo "não". Lamentavelmente, até o momento, nenhum Deputado desta Casa que defenda o "não" veio a este **plenário** para fazer sua sustentação.

Talvez os presentes aqui possam pensar que esta Comissão Geral está direcionada para A ou B. Mas nós daremos continuidade aos trabalhos com absoluta imparcialidade a fim de que todos possam se expressar de acordo com as suas convicções.

Quero registrar com muita satisfação a presença da jornalista Valéria Velasco, convidada para ser preletora aqui. Lamentavelmente, apesar de todo o esforço da **jornalista**, que havia avisado que chegaria



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18/10/05	15h35min	91ª ORDINÁRIA	37

atrasada, foi deliberado pela Mesa a distribuição igualitária do tempo aos próximos oradores.

Assim, concederemos à jornalista Valéria Velasco e aos demais presentes neste plenário que desejarem usar da palavra dois minutos para que possam fazer suas manifestações e considerações.

Após o pronunciamento da jornalista, passaremos a palavra àquele que quiser se manifestar pelo "não". Nós já sabemos da posição da jornalista, que, como Presidente da ONG Frente Parlamentar por um Brasil sem Armas, defende hoje publicamente o voto pelo "sim".

Com a palavra a Sra. Valéria Velasco.

SRA. VALÉRIA VELASCO - Peço desculpas por não ter podido comparecer no horário em decorrência de outro debate. Nós participamos de uma série de debates diariamente, e não foi possível chegar cedo.

Quero cumprimentar todos da Mesa, nossos Deputados, que nos representam, aqui presentes. Já me sinto muito bem representada pelo que eu ouvi aqui da Deputada Erika Kokay, do Deputado Chico Vigilante e do Deputado Chico Floresta.

Eu gostaria de lembrar agora - vou abordar isso rapidamente - a importância do próximo dia 23. Nós não julgaremos. Nós tomaremos uma decisão de crucial importância para o futuro do nosso país - como já foi dito - e para a construção de uma nova cultura. Daremos um passo importante, não é? O primeiro passo para o efetivo combate à violência. Em uma política pública concreta de combate à violência, o desarmamento é apenas o primeiro passo. Outras medidas virão, conseqüente e paralelamente a essa. Nós estamos apenas começando.



Data	Horário Início	Sessão/Renúncio	Página
18/10/05	15h35min	91ª ORDINÁRIA	38

Queremos destacar essa medida, essa política pública proposta e defendida pela frente do "sim" em contraposição à frente do "não", Esta não apresenta proposta, apresenta apenas a transformação do cidadão com um peso a mais: o ônus de fazer a sua própria defesa. Julgamos ser esta uma proposta irresponsável, porque, **comprovadamente**, a arma não defende, ela representa mais um risco para o cidadão. E nós tivemos aqui um exemplo concreto que nos foi dado pelo Deputado... (Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Sra. Valéria Velasco, o seu tempo está esgotado, mas concederemos mais um minuto à senhora.

Com a palavra a Sra. Valéria Velasco para concluir.

SRA. VALÉRIA VELASCO - Então, comprovadamente, a arma não representa um instrumento de defesa. Ela representa apenas um instrumento de morte.

Nós temos a **oportunidade**, pela primeira vez neste país, de exercer a nossa cidadania para escolher que tipo de país desejamos construir. Se quisermos deixar tudo como está, vamos, claro, votar no "não". Quem lucrará com isso será apenas a indústria da morte: as fábricas de armas, que, quanto mais morte, quanto mais medo, quanto mais insegurança, mais vão faturar, porque mais armas vão vender.

Em contraposição a isso, há uma política pública que já mostra resultados: uma queda de trinta e nove mil mortes em 2003 para trinta e seis mil mortes em 2004. São três mil vidas poupadas depois que o Estatuto do Desarmamento entrou em vigor e que a população começou a tomar consciência do seu poder de transformar este país. (Palmas.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18/10/05	15h35min	91ª ORDINÁRIA	39

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Nós recebemos algumas informações.

O Advogado Rodrigo Rosas ainda se encontra presente? (Pausa.)

Fomos informados de que S.Sa. precisou se retirar, pois deveria participar de um debate, mas deixou aqui a seguinte observação: "O Brasil já presenciou, nas campanhas da AIDS, do trânsito, do cigarro, que a educação é o melhor meio de combater os problemas nacionais. Por que não educar em vez de proibir?" São as palavras do Advogado Rodrigo Rosas.

Outras perguntas. As primeiras: "Quem reside na zona rural poderá ter porte de armas? Quem tem porte de armas poderá comprar munição? O Estatuto do Desarmamento, após o referendo, continuará a valer na sua íntegra?"

O Sr. Baltazar pergunta aos debatedores e defensores do "sim": "Como ficará a situação dos policiais que hoje podem adquirir armas dentro da legalidade caso o 'sim' vença o referendo?"

Caso alguma dessas pessoas que elaboraram essas perguntas estejam no plenário e queiram utilizar da palavra por dois minutos, estão convidadas a fazer suas manifestações da tribuna. (Pausa.)

Concederei o mesmo tempo dado à jornalista Valéria Velasco, três minutos - dois mais um - ao Advogado Vicente Chelotti, ex-Diretor-Geral da Polícia Federal - que já fez a sua declaração pelo "não" - para que possa fazer as suas considerações sobre o tema. É uma "convocação"!

Com a palavra o Sr. Vicente Chelotti.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18/10/05	15h35min	91ª ORDINÁRIA	40

SR. VICENTE CHELOTTI - É um prazer estar aqui. Agradeço ao Presidente desta Comissão Geral, Deputado Leonardo Prudente, o convite feito.

Srs. Deputados, senhores palestrantes, hoje, pela primeira vez, depois de eu tanto falar sem ter a oficialidade de ser ouvido, mas, pelo menos, de discutir em rodas de amigos, encontrei um parceiro. O Garritano hoje disse algo que há muito tempo venho dizendo: o desarmamento é o fim com essa proposta de proibir a comercialização de armas neste país, porque o Estatuto do Desarmamento já a proíbe.

Eu estava conversando com uma pessoa que trabalha na área de segurança, e ela me perguntou: "O que eu faço, doutor?" Eu perguntei: "Há quanto tempo trabalha nessa área?" "Ah! Há dez anos." "E há quanto tempo você tem dificuldade de comprar arma?" "Ah! Ultimamente, comprar arma está ficando difícil." Claro que está! No Rio de Janeiro não há mais lojas que vendem armas. Aqui em Brasília, um amigo, que era dono da Keds Sports, faliu porque não conseguia mais vender armas. Só a venda de materiais de pesca não deu para ele manter as lojas. Ele tinha uma loja Keds Sports no Park Shopping, no Conjunto Nacional, em Taguatinga... Eram seis. Quebrou.

Aqui em Brasília, hoje, creio que só há uma loja que vende arma. E hoje, para você comprar uma arma, você tem que ter todo um ritual. Não é qualquer pessoa que tem condições de comprar uma arma. Você vai a uma loja, o dono pede vários documentos, você paga a arma, ele a leva para a polícia e você só recebe essa arma registrada.

Existe uma coisa bem distinta entre a comercialização, posse e porte de arma. Sou absolutamente contra o porte de arma. Ninguém precisa



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18/10/05	15h35min	91ª ORDINÁRIA	41

portar arma, a não ser as pessoas que possuem oficialidade para portá-la. Agora, ter uma arma registrada em casa para a sua segurança, acho que isso é natural. Por quê? Não conheço um cidadão que tenha comprado um AR-15 ou tenha em casa um AR-15, que é a arma com que os bandidos enfrentam a polícia. E foi dito aqui que os bandidos têm muito mais poder de fogo que as polícias. E têm realmente!

Faço, portanto, a minha declaração de voto contra e volto a compactuar com o Deputado Peniel Pacheco: esse referendo é uma falácia, é inócuo, não vai resolver nada em questão de segurança seja o vencedor o "sim" ou o "não". Esses quase um bilhão de reais que estão gastando para o referendo poderiam muito bem ser transformados em recursos para reforçar as polícias e melhorar as condições de trabalho. As polícias hoje estão todas falidas e todos os governos que vêm passando desde que me conheço como policial, nenhum deles se preocupou efetivamente em resolver o problema de segurança pública neste país, dando condições para que as polícias pudessem, pelo menos, empatar o jogo, porque estão perdendo de dez a zero para os bandidos.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Convido o Sr. João Lopes, da CUT do Distrito Federal, a fazer uso da palavra.

SR. JOÃO LOPES - Boa-tarde ao Presidente da sessão, Deputado Leonardo Prudente. Eu gostaria de cumprimentar a Mesa e o público presente neste debate importante para o conjunto da nossa população.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18/10/05	15h35min	91ª ORDINÁRIA	42

Em primeiro lugar, quero fazer uma pergunta à Mesa: há razões e evidências consistentes que justifiquem a suposição de que haja elevada probabilidade de que a eventual proibição do comércio de armas e munição contribua para salvar vidas e preservar a integridade física de cidadãos e cidadãs, os quais, de outro modo, estariam submetidos a graves riscos?

Em segundo lugar, gostaríamos de avisar que a Central Única dos Trabalhadores está na campanha do "sim". Por que a CUT entrou nesse debate? Em primeiro lugar, achamos que o povo brasileiro não precisa estar armado contra o seu irmão. Achamos que o povo brasileiro é um povo inteligente, sadio, sábio e pode viver harmoniosamente. Isso está provado.

Eu não tenho arma. Moro no Itapuã e sou dirigente da Central. Outro dia, presenciei uma cena extremamente grave. Um vizinho deixou passar a informação de que tinha uma arma. O muro da casa dele foi quebrado e a casa arrombada para que a arma dele fosse tomada. Aquela área do Itapuã vocês sabem que é extremamente violenta.

Então, como cidadãos, achamos que o ser humano precisa de comida, de educação, de saúde, de segurança e o Estado tem a obrigação de dar saúde, educação e segurança pública de qualidade.

Segunda questão. O trabalhador da classe média alta e até os ricos colocavam os seus filhos na escola pública. Como o Estado não estava cumprindo o seu papel, eles disseram: "pode deixar que eu coloco os meus filhos na escola particular". Tiraram essa responsabilidade do Governo e a escola pública continuou piorando.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18/10/05	15h35min	91ª ORDINÁRIA	43

As pessoas de classe média alta e até os ricos usavam a saúde pública. Quando viram que a saúde pública estava péssima, tiraram a obrigação do Estado e a Saúde está cada vez pior.

Por último, agora, querem dizer que nós temos que tirar a responsabilidade do Estado de nos dar a **garantia** de segurança. E nós não podemos abrir mão disso, porque eu penso que é obrigação do Estado garantir a segurança de todo o povo brasileiro. Não preciso estar armado para ter segurança. Lógico que isso envolve outra discussão que devemos fazer depois. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Tenho uma pergunta dirigida ao Sr. Márcio, que depois, nas considerações finais, poderá respondê-la. Diz: "O senhor diz que a questão do desarmamento foi colocada com uma segunda intenção. Que intenção é essa? O senhor tem arma em casa? Já usou contra alguém? Helena Caldas.

Pergunto se alguém cuja opção seja pelo "não" gostaria de manifestar-se. Se houver, eu gostaria que se dirigisse a esse microfone, (Pausa.)

Agradeço aos amigos que têm deficiência auditiva e nos honram com suas presenças. A Casa sente-se envaidecida com a participação de vocês. Muito obrigado pela presença. (Palmas.)

Lamentavelmente ninguém quis manifestar-se. As inscrições que tenho aqui são pelo "sim". Então, darei a oportunidade a essas três pessoas, que vieram de longe.

Concedo a palavra a Sra. Mara Fonseca, que quer falar na qualidade de cidadã.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18/10/05	15h35min	91ª ORDINÁRIA	44

SRA. MARA FONSECA - Um pouco nessa linha que o João, da CUT, falou, eu queria dizer o seguinte: estão sendo desvinculadas as receitas da União para a Saúde, Educação e Seguridade Social; está sendo mantida a verba vinculada para Segurança Pública. Ora, eu acho que este Estado, em mantendo essa verba assegurada, já é um Estado armado! Essa população é uma população armada! Este Estado não se sente com nenhuma obrigação de assegurar a esse cidadão a segurança que lhe é de direito.

Portanto, este Estado é o Estado também de exceção, hoje, por quê? Porque essa liberdade é falsa. Daí porque esse referendo é extremamente importante, não só porque ele produz a consulta popular, mas porque ele aprofunda a idéia de democracia direta, e como o companheiro Chico citou, a idéia da cultura da paz. Quiçá nós possamos, agora, na terceira consulta popular em 500 anos deste país, aprofundar a idéia também de democracia direta, de consultas permanentes.

E que a gente possa remeter também uma consulta popular ao povo deste país se quer ou não a desvinculação das receitas da União para a Saúde, Educação e Seguridade Social, já que este Estado é um Estado de guerra; essa população está numa guerra permanente, a chamada guerra civil, que está aí declarada!

Portanto, nós não precisaríamos, hoje, estar gastando dinheiro do Estado para essa questão. Acho profundamente importante que a gente também comece a cultivar a idéia da democracia direta, das consultas populares.

E eu voto pelo "sim".



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18/10/05	15h35min	91ª ORDINÁRIA	45

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Indago se o Sr. Pedro Rodrigues, de Santa Maria, está presente para fazer uso da palavra. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Sr. Pedro Rodrigues.

SR. PEDRO RODRIGUES - Eu gostaria de parabenizar a Câmara Legislativa do Distrito Federal por este debate.

Eu quero discordar das considerações que fez o Delegado, que já se retirou. Eu acho que quem mata não educa e quem educa não mata. A arma significa a morte e nós fomos feitos para viver e, não, para matar.

Eu acho que estão querendo terceirizar a segurança pública ao deixarem a responsabilidade para o cidadão comum, que tem uma arma em casa.

Eu moro em Santa Maria e, ontem, presenciei um assalto, em que o dono do comércio reagiu. Há 13 anos moro naquela cidade e fizemos uma pesquisa: todos os comerciantes que reagiram a um assalto quebraram; não tem um que tenha conseguido se estabelecer, porque mata-se o bandido, mas não se consegue mais manter o seu comércio.

O que eu quero dizer é que, num momento oportuno como este, um debate está sendo feito na sociedade, o debate está no dia-a-dia, dentro do ônibus, nas escolas, nas igrejas; o ganho de tudo isso é o debate, onde as pessoas estão se tornando cidadãos. Muita gente que nunca participou de um debate na vida está tendo oportunidade de fazê-lo. Nós, com a presença da Valéria, organizamos um ato em defesa da vida, em Santa Maria, no domingo, e, cada dia que passa, a população está se achando importante nesse processo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18/10/05	15h35min	91ª ORDINÁRIA	46

O que quero, como cidadão de Santa Maria - uma cidade com 140 mil habitantes, onde não há teatro, não há cinema, não há biblioteca, o transporte é de péssima qualidade, não há médico disponível - é trabalhar pelo "sim".

Eu sou Presidente do Alquvidas e eu acho que essa questão de votar por ideologia, como vem se fazendo no programa do "não", transformando a discussão em projeto ideológico, está prejudicando o debate. O que se discute é o seguinte: arma sim, arma não. O que tem de ser dito? Arma foi feita para matar, não tem outro sentido.

Quero agradecer pela oportunidade e dizer que eu voto "sim". E em Santa Maria, com certeza, a população votará pelo "sim".

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Convido o Presidente do Conselho de Segurança do Paranoá, Sr. Chico Paranoá, para fazer as suas considerações.

SR. CHICO PARANOÁ - Boa-tarde a todos.

Agradeço, mais uma vez, o convite do Sr. Presidente e dos demais Parlamentares. Eu gostaria que, realmente, esta Casa, a Casa do Povo, estivesse com todos os Parlamentares presentes. Infelizmente, há muitos que não se interessam pelo assunto.

Quero dizer ao Sr. Presidente, a todos os presentes e a minha amiga Valéria que o Conselho de Segurança do Paranoá defende o "sim" e está esclarecendo a comunidade sobre a quantidade de vítimas de finais de semana, devido à cachaça e ao armamento, que é muito grande naquela



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18/10/05	15h35min	91ª ORDINÁRIA	47

cidade. Portanto, todos daquela cidade, em peso estão sabendo que, realmente, temos de votar "sim".

A pessoa que defende o "não" é uma pessoa insensível. Até me causa estranheza um Delegado da Polícia Federal defender o "sim", mas é a opinião dele, como o senhor também tem a sua.

Eu quero dizer que o Paranoá, não cem por cento, mas em torno de oitenta por cento votará "sim".

Armado para quê? Uma pessoa de bem não precisa andar armada. Aconteceu comigo mesmo de ir em casa pegar a minha arma e, de posse dela, humilhar e até provocar as pessoas. Portanto, eu pude vivenciar isso e é por isso que a minha opinião e de toda a comunidade do Paranoá é pelo desarmamento, votando "sim". Quem tem que andar armado é a polícia, e não o cidadão de bem.

Boa-tarde e agradeço mais uma vez.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Convido a fazer uso da palavra, por meio da linguagem de sinais, a Sra. Elisana, que terá como tradutor o Sr. Michael.

ELISANA - Boa-tarde a todos.

Quero dizer que nasci em Natal e tenho uma amiga surda, uma jovem que, um dia, estava dirigindo pelas ruas e bateu o carro. Havia um policial que presenciou o fato e, desviando, chegou até ela e começou a gritar. Mas ela era surda! O policial, então, desviou e parou na frente dela. Ela olhou e disse o seguinte: desculpa, eu sou surda. E ele atirou nela! Esse fato já ocorreu faz seis anos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18/10/05	15h35min	91ª ORDINÁRIA	48

Portanto, precisamos acabar com as armas. Precisamos de paz, pois assim as pessoas viverão melhor. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra ao Sr. Carlos Augusto, que também fará uso da palavra por meio da linguagem de sinais. Ele também terá como tradutor o Sr. Michael.

SR. CARLOS AUGUSTO - Boa-tarde a todos os Deputados que me convidaram, especialmente à Deputada Erika Kokay. Quero dizer que a política tem muitos problemas. Na segunda-feira passada, eu estava namorando uma jovem e, então, fui surpreendido em um assalto. Eu avisava ao assaltante que eu era surdo, mas como avisar ao assaltante de que se é surdo? Ele pegou todo o meu dinheiro, arma, relógio. Tudo isso aconteceu porque ele estava com arma e ficou muito preocupado. É muito difícil! Ele quer que acabe as armas, porque precisa de paz, já que tem de ter leis e as leis têm muitos problemas. Ele vai votar "sim".

Muito obrigado a todos. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Convido o Sr. Antônio Giroto, chefe de gabinete do Deputado Augusto Carvalho, que terá também dois minutos para fazer as suas considerações.

SR. ANTÔNIO GIROTTO - Boa-tarde a todos e a todas. Em primeiro lugar, eu justifico a ausência do Deputado Augusto Carvalho, que está em um compromisso externo e não pôde estar aqui presente. Eu gostaria de já sinalizar o voto de S.Exa.: "sim". Em segundo lugar, quero dizer que também sou membro do Comitê de Desarmamento do Guará e,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18/10/05	15h35min	91ª ORDINÁRIA	49

evidentemente, estamos trabalhando da melhor forma possível para que o "sim", no dia 23 de outubro, seja vitorioso.

Aproveito a oportunidade para contar a todos o que aconteceu em nossa família quando um primo de dez anos de idade pegou uma espingarda que estava guardada debaixo do colchão, mirou na cabeça de uma outra prima, atirou e matou uma criança de apenas 8 anos. Então, é por isso que hoje estou aqui para defender o "sim", porque **acredito** que arma não traz nenhum benefício, só violência! E queremos paz! "Sim" no dia 23 de outubro. Pedimos o "sim", porque queremos a paz.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Quero agradecer a presença de todos que vieram a este **plenário**, do Presidente do Conselho de Pastores do Paranoá e dos demais integrantes presentes - não vou **nominá-los** para não fazer nenhuma injustiça. Uma vez que as inscrições **terminaram**, daremos, conforme foi deliberado, dois minutos para cada um dos integrantes da Mesa para fazer as suas considerações finais ou responder a alguma pergunta que, por acaso, tenha sido a eles dirigida e depois encerraremos esta sessão. Lembramos a **todos** que estamos ao vivo, para todo o Distrito Federal, por intermédio da *TV Distrital*, no canal 9 da Net.

Concedo a palavra, para as considerações finais, ao Professor da UnB e da Unieuro, Lúcio Castelo **Branco**, cientista político e sociólogo, seguindo aqui a seqüência, que terá dois minutos para as considerações finais.

PROFESSOR LÚCIO CASTELO BRANCO - Em primeiro lugar, quero fazer modestamente uma correção ao discurso do Pastor e irmão,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18/10/05	15h35min	91ª ORDINÁRIA	50

Peniel Pacheco, que disse que as lojas vendem armas ilegais. Isso é muito perigoso! Configura um crime de calúnia e difamação. Isso não é verdade! Desculpe-me lhe dizer isso.

Em segundo lugar, o Supremo Tribunal Eleitoral cassou por quatro vezes a campanha do "sim" por inverdades, o que não aconteceu nenhuma vez com a campanha do "não". Então, há que se esclarecer isso para evitar qualquer ilusão no que concerne à formação da opinião de cada um. Há outro aspecto: defendemos o direito de o cidadão adquirir uma arma para sua legítima defesa, o que não implica que sejamos favoráveis às armas. Mas também devemos reconhecer que todo discurso pacifista, ao longo da história da humanidade, serviu para fazer a guerra. Foi um recurso populista para justificar as agressões. Esse é o exemplo característico da Alemanha e, mais recentemente, o exemplo lapidar dos Estados Unidos da América.

Então, eu quero deixar claro que a sociedade desarmada é uma mera utopia. Os países soberanos têm de armar-se e com as armas da ciência, da tecnologia e da educação para poder implementar e fazer valer suas decisões soberanas. O resto é pura demagogia.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Muito obrigado. Eu gostaria que todos os participantes se atentassem ao tempo com rigor, como fez o Sr. Lúcio, uma vez que teremos depois uma sessão solene.

Muito obrigado, Prof. Lúcio.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18/10/05	15h35min	91ª ORDINÁRIA	51

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu gostaria de, rapidamente, pontuar algumas coisas.

A primeira delas é que essa não é uma discussão eleitoral de 2006. Portanto, não podemos aqui **partidarizar** a discussão ou transformar a discussão do Referendo em uma discussão de projetos políticos. Teremos a oportunidade de fazer isso no ano que vem, em 2006. O ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, o Alckmin, uma série de políticos de diferentes partidos defendem o "sim", como também há Parlamentares do PT que defendem o "não". Portanto, essa não é uma discussão que tem de ser **partidarizada**. Senão, cria-se uma discussão falsa. Isso foi um pleito particularmente da sociedade civil, daqueles que tiveram a perda de filhos e filhas, de parentes próximos que exigiram uma providência. Não podemos ficar passivamente vendo quarenta mil pessoas ou mais de quarenta mil pessoas, a maioria delas jovens, homens, de 16 a 24 anos, matarem e morrerem na nossa cidade sem buscarmos dar um primeiro passo na perspectiva de que tenhamos uma outra sociedade pautada na cultura da paz e não na cultura do medo.

O outro aspecto é que é falsa a discussão do direito. O direito de matar não é direito e a arma de fogo serve para matar, **exclusivamente**, para matar. Outros objetos levam à **morte**, mas a arma de fogo só serve para matar.

Eu não dou o direito de as mães venderem suas filhas para exploração sexual, suas crianças e adolescentes. Eu não dou o direito de que se efetive uma série de atentados contra a vida. **Portanto**, é falso



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18/10/05	15h35min	91ª ORDINÁRIA	52

também o discurso do direito. O direito que temos é de viver em paz, por isso, votaremos "sim" no domingo.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Muito obrigado, Deputada Erika Kokay.

Concedo a palavra ao Deputado Peniel Pacheco, seguindo a seqüência da Mesa. V.Exa. tem dois minutos para suas considerações finais.

DEPUTADO PENIEL PACHECO - Esse debate foi muito interessante porque demonstrou a todos nós que, como cidadãos, temos crescido e temos percebido que o País é construído por todos. Cada um tem a sua parcela de responsabilidade.

Eu vi aqui muito, na defesa do "não", o clamor pelo direito. Qual direito? O direito de se ter uma arma. Ora, tudo o que queremos é o estado de direito. O estado de direito implica que tudo funcione com cada coisa em seu lugar e um lugar para cada coisa. Cada um com a sua responsabilidade e cada um usufruindo dos seus direitos e deveres.

Então, quando eu misturo nesse bojo o direito de comprar armas como se fosse um direito constitucional de oferecer garantias à minha segurança, na verdade, nada mais nada menos, estou fazendo uma apologia da violência, do uso da arma como forma de auto-afirmação, do uso da arma como instrumento de impor ao outro a minha vontade, seja ao ser agredido ou não, porque, se eu estou sendo vítima de uma agressão, a arma pode ser a minha defesa. Mas e quando a arma está servindo como instrumento de opressão ou de tentativa de intimidação? Ou seja, a arma não constrói um estado de direito. Ela constrói o estado da lei do mais forte, da lei da selva,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18/10/05	15h35min	91ª ORDINÁRIA	53

de quem pode **mais**, de quem tem mais poder de fogo fala mais alto. E não é isso que queremos para o nosso país.

Quanto à questão de que existem armas apreendidas pela Segurança Pública do nosso país que saíram das distribuidoras de **armas**, inclusive armas que não foram registradas e lotes delas foram localizados com chefes do tráfico no Rio de Janeiro, isso foi mostrado pela mídia. O que eu estou dizendo aqui é fruto de matéria jornalística. Portanto, não estou caluniando e nem estou dizendo uma inverdade. Estou falando daquilo que a imprensa brasileira noticiou sobre desvio de arma que ainda nem **registrada** estava. Isso quer dizer que ela saiu de algum lugar para ser destinada ao tráfico, à **marginalidade**. Significa, portanto, que, se digo algo que foi comprovado, algo que foi matéria jornalística, não estou caluniando. Estou apenas usando esse dado como informação para justificar o meu posicionamento. Finalizo dizendo que o "sim", nesse **caso**, é o "sim" em favor da paz, em favor da democracia, em favor do estado de direito.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Para as considerações finais, passo a palavra à jornalista Valéria Veíasco.

SRA. VALÉRIA VELASCO - Eu gostaria apenas de reforçar um ponto depois de tudo o que já foi dito. Foi muito esclarecedor o que ouvimos por meio das pessoas que defendem o "sim". Dizem muitas coisas nos debates da frente do "sim". Divulga-se na televisão que o desarmamento é típico das ditaduras. Ora, fazemos parte de um regime democrático em que o povo elege seus governantes. Eu diria o contrário da frente do "não". O desarmamento não é típico das ditaduras. Ele é típico das sociedades que buscam a verdadeira civilização, o que é o antagonismo da ditadura. Nosso



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18/10/05	15h35min	91ª ORDINÁRIA	54

Estado nos ofereceu a oportunidade de dar um passo de fundamental importância na transformação da nossa cultura em busca da verdadeira civilização. Nós não podemos continuar com propostas que vão nos diferir do homem das cavernas apenas no que se refere à tecnologia, porque, antigamente, as coisas eram resolvidas na base do porrete. Hoje a tecnologia nos oferece arma de fogo. E se prevalecer o ponto de vista de quem defende a arma, aonde chegaremos com o poder da arma? O pobre vai ser sempre oprimido por aquele que conseguir comprar uma arma mais poderosa. O pobre também tem o direito de ter uma arma. Não podemos nos esquecer disso. Se prosseguirmos nessa proposta, a única apresentada pela frente do "não", vamos cair num faroeste, em vez de caminhar na direção da verdadeira civilização. Em um faroeste, o mocinho só se dá bem no cinema. Na vida real, observamos os números, as estatísticas que colocam o nosso país entre aqueles que mais sofrem com mortes por arma de fogo. Não podemos permitir que isso continue.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Registro a presença do Sr. **Adalberto**, servidor público, morador do Paranoá; do Sr. José Oliveira Sobrinho, servidor da Câmara Legislativa; do Pastor Aderson, Presidente do Conselho de pastores do Paranoá; do Sr. Lourival, do Gama; do Sr. Roney, servidor público, morador do Gama.

Lembro ao Sr. Márcio Garritano que as informações e estatísticas entregues à Mesa serão xerocopiadas e encaminhadas a todos os Parlamentares que participaram deste debate.

Concedo a palavra ao professor Márcio Garritano.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18/10/05	15h35min	91ª ORDINÁRIA	55

SR. MÁRCIO GARRITANO - Eu gostaria de saber do Presidente desta sessão se terei dois minutos para as respostas ou se terei ainda mais dois minutos.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - O senhor tem um minuto para as respostas e dois minutos para as considerações.

SR. MÁRCIO GARRITANO - Foi feita a seguinte pergunta pela Helena Caldas: "O senhor disse que a questão do desarmamento foi colocada como uma segunda intenção. Que intenção é **essa?**". Não podemos ser tão ingênuos ao imaginar que milhões e milhões de dólares sejam gastos durante dez anos com a campanha de desarmamento para melhorar a segurança pública do Brasil. O maior veículo de comunicação do Brasil faz campanha durante dez anos, e não vemos isso. É evidente que as indústrias brasileiras que exportam 99% dos produtos produzidos aqui **incomodam**, principalmente o mercado americano. Não podemos deixar de verificar isso.

Outra pergunta: "O senhor tem uma arma em **casa?**". Eu não tenho uma; tenho várias armas em casa. Sempre as tive desde a infância. "Já usou contra alguém"? Não. Não usei contra ninguém. Minha mulher sabe atirar. Não está em atividade esportiva hoje. Não está atirando regularmente, mas já atirou. E os meus **filhos, progressivamente, se tiverem** a intenção e o desejo de usá-ta, receberão instrução.

Para encerrar minhas **palavras**, eu gostaria de mencionar a reunião realizada ontem no Conselho Federal da OAB. Foi citada pelo Deputado Peniel Pacheco a questão de direito, muito discutida pelos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18/10/05	15h35min	91ª ORDINÁRIA	56

advogados. Na referida reunião, divulgada hoje, a OAB se manifestou com 62% dos membros contrários ao desarmamento, 21% favoráveis e 27% indecisos, não votaram ou não tiveram interesse na matéria. Isso tem acontecido em várias manifestações em todo o Brasil. Nós respeitamos isso, por se tratar de um assunto que merece extrema consideração e reconhecimento pela dor das famílias que passaram pelo sofrimento da perda de parentes e filhos por arma de fogo. Isso é inegável. Ninguém gostaria de passar por situações como essas. Todos aqueles que passaram por essas dificuldades e sofrem por isso merecem de nós todo o respeito. **Definitivamente**, trata-se de questões que não podem interferir na vida de outras pessoas. Nasci em um país onde era permitida a compra de armas, assim como nos Estados Unidos, no Canadá e também nos países da Europa, com exceção da Inglaterra.

Assim, seremos, depois da Inglaterra, o primeiro país do mundo a proibir o comércio de arma de fogo, Essa não é a saída. As saídas são outras. O resultado de melhoria da segurança pública deve ser buscado por outros meios. Esse não é o melhor caminho e não resolve a questão. As próprias pessoas que conseguiram a aprovação de todas as leis reconhecem, no dia seguinte, que isso não resolverá o problema da segurança pública. Ora, se isso não vai resolver o problema, por que temos de penalizar dezoito milhões de proprietários de arma de fogo? Se existem dezoito milhões de pessoas que têm armas de fogo, elas merecem respeito. Será que não formamos um país de todos? Os dezoito milhões de proprietários de armas de fogo não existem? Nós não existimos? E o



Pata	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18/10/05	15h35min	91ª ORDINÁRIA	57

respeito aos 350 mil proprietários de armas de fogo que moram no Distrito Federal?

(Corte do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Esta Presidência registra a presença dos diretores do Sindicato dos Bancários, assim como a da Miriam e da Loraci.

Estamos concluindo o debate lembrando que esta Comissão Geral está sendo transmitida ao vivo para todo o Distrito Federal por meio do canal 9 da Net. Agradeço a presença de todos,

DEPUTADO PENIEL PACHECO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PENIEL PACHECO (PDT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, foi passada uma informação que precisa ficar bem clara. Quando se fala, por exemplo, da OAB, temos a sensação de que a estatística apresentada é a dos advogados do Brasil, dando a entender que essa organização apoiaria o "não". Isso precisa ficar bem claro para que não seja passada a idéia equivocada de que os advogados da OAB estariam apoiando o voto "não". É preciso ficar claro que a estatística de uma consulta interna não representa a opinião de uma instituição. Assim, ela não deveria ter sido listada neste momento.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Antes de declarar encerrada a sessão, quero me reservar ao direito de expressar



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18/10/05	15h35min	91ª ORDINÁRIA	58

minha opinião como cidadão. Não vou me alongar, até porque assumi um compromisso com esta Casa e com esta Comissão Geral de manter absoluta imparcialidade. Mas ao término deste **debate**, naturalmente quero externar a toda a população do Distrito Federal, aos Deputados desta Casa, às autoridades presentes e aos professores que nos honram com suas presenças que, com muita convicção, votarei "sim", votarei pela vida. Quero fazer minhas as palavras do Deputado Peniel Pacheco, que em vez de usarmos a força, usaremos a força do argumento.

Boa-tarde a todos e obrigado pela participação.

Está encerrada a presente Comissão Geral.

(Levanta-se a sessão às 18h01min.)

Em 19/10/05
96



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 4ª LEGISLATURA**

**ATA SUCINTA DA 91ª
(NONAGÉSIMA PRIMEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM
COMISSÃO GERAL PARA DISCUTIR O REFERENDO
SOBRE A PROIBIÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO DE
ARMAS DE FOGO,
EM 18 DE OUTUBRO DE 2005.**

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputados Wilson Lima e Leonardo Prudente,

SECRETARIA: Deputado João de Deus.

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

INÍCIO: 15 horas e 37 minutos.

TÉRMINO: 18 horas e 12 minutos.

**ATA SUCINTA DA 91ª SESSÃO ORDINÁRIA, DE 18 DE OUTUBRO 2005,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL.**

Revisora:

Ana

Chefe Setas: _____ (An/Cr/Tot)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

1 ABERTURA

Presidente (Deputado Wilson Lima):

- Está aberta a sessão.
Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

1.1 LEITURA DAS ATAS

- São lidas e aprovadas, sem observações, as Atas das 89- e 90ª Sessões Ordinárias.

1.2 COMUNICADO DA MESA

- **Requerimento nº 2,097, de 2005**, dos Deputados Wilson Lima, Aniicéia Machado e José Edmar.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO V

3.

LIDO
Em 18 / 10 / 05
Assessoria de Plenário

REQUERIMENTO Nº M 2097/2005

(Autoria: Dep. Wilson Lima, Dep. Anilcéia Machado e Dep. José Edmar)

Requer a transformação da Sessão Ordinária do dia 26 de outubro de 2005 em Comissão Geral para debater a questão da Revitalização da W3 Sul e Norte no contexto de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com fundamento no art. 125 do Regimento Interno desta Casa, vimos requerer a transformação da Sessão Ordinária do dia 26 de Outubro de 2005 em Comissão Geral para debater a questão da **Revitalização** da W3 Sul e Norte no contexto de **Desenvolvimento** Econômico do Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A questão da Revitalização da W3 no contexto sócio-econômico do Distrito Federal é de suma importância, sobretudo no momento quando se faía em retirar das residências das quadras 700 os Salões de Beleza e Pensões que ali estão funcionando.

Entendemos que a discussão da matéria no âmbito da Câmara Legislativa é de fundamental importância para Brasília e, é nesse contexto que, encontra-se tramitando nesta Casa Legislativa, entre outras proposições, o Projeto de Lei Nº 1591/2004 criando a Avenida do Lazer.

Diante do exposto, rogamos aos nobres pares o apoio para apuração do presente requerimento.

Sala das Sessões, de outubro de 2005.

Dep. Wilson Lima
Prona/DF

Dep. José Edmar
Prona/DF

Dep. Anilcéia Machado
PMDB/DF

SAIN Parque Rural - Gabinete 23 - Fone: 348-8230/8231

ASSESSORIA DE PLENÁRIO
Recebi em 18 / 10 / 05 às 15:40
15.496-13



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

2 COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

Presidente (Deputado Wilson Lima):

- Anuncia a retificação da redação final do Projeto de Lei nº 2.121, de 2005, bem como a sua leitura e aprovação.
- Informa que, de acordo com o Requerimento nº 2.085, de 2005, do Deputado Leonardo Prudente e outros, a sessão ordinária será transformada em comissão geral para discutir o referendo sobre a proibição da comercialização de armas de fogo.

2.1 COMPOSIÇÃO DA MESA

- PRESIDENTE DA SESSÃO E CO-AUTOR DO REQUERIMENTO**, Deputado Leonardo Prudente.
- **LÍDER DO PDT E TERCEIRO SECRETÁRIO DA CLDF**, Deputado Peniel Pacheco.
- **PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA, ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR E CO-AUTORA DO REQUERIMENTO**, Deputada Erika Kokay.
- PROFESSOR, INTEGRANTE DA FRENTE PARLAMENTAR PELO DIREITO DE LEGÍTIMA DEFESA E BACHAREL EM CIÊNCIAS**, Márcio Garritano.
- PROFESSOR DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA E DA UNIEURO, CIENTISTA POLÍTICO E SOCIÓLOGO**, Lúcio Castelo Branco.
- JORNALISTA, PRESIDENTE DA ONG CONVIVE E INTEGRANTE DA FRENTE PARLAMENTAR POR UM BRASIL SEM ARMAS**, Valéria Velasco.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

2.2 PRONUNCIAMENTOS

LÚCIO CASTELO BRANCO, professor da Universidade de Brasília e da Unieuro, cientista político e sociólogo.

- Contesta o referendo e o compara a uma cortina de fumaça que encobre as crises estruturais que abalam o País.

- Julga que o referendo induz ao "sim" e não contribui para o exercício da democracia.

- Avalia que a desmoralização da democracia favorece a eleição de pessoas inescrupulosas, descomprometidas com o bem público e com a soberania nacional.

- Relaciona a democracia ao direito de o cidadão resistir a qualquer tipo de ameaça, humilhação ou discriminação.

- Crê que este referendo faz parte de um processo de desarmamento total da sociedade brasileira, com vistas a deixar o cidadão à mercê da corrupção, do crime e da perda de soberania.

- Exemplifica com o desarmamento das Forças Armadas e das forças policiais.

- Acrescenta que o referendo é uma farsa com o intuito de desarmar o cidadão e não, o bandido,

- Analisa que, ao arrecadar armas, inclusive as ilegais, o Estado se torna cúmplice da ilegalidade.

- Afirma que as estatísticas são precárias e não retratam o Brasil real: o da informalidade.

- Conclama todos a dizerem não à roubalheira, à situação catastrófica da Educação, da Saúde e da Segurança e ao desprezo pelo bem público.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DEPUTADO PENIEL PACHECO, líder do PDT e Terceiro Secretário da CLDF.

- Discorda da inutilidade do referendo.
- Considera importante discutir qual política pública se quer para o País.
- Julga pedagógica e democrática a participação da população.
- Acrescenta que não está no referendo a solução definitiva para os problemas de Segurança Pública do Brasil.
- Defende a elaboração de políticas públicas eficientes e eficazes.
- Salienta que armar a população não resolve a questão da Segurança.
- Defende um Estado em que a Segurança Pública seja reforçada, o que o qualifica como Estado de Direito.
- Frisa que o País precisa usar não o argumento da força, mas a força do argumento.
- Infere que, se, de acordo com as estatísticas, a venda de armas oficiais é pequena e o número de lojas que as comercializam é grande, as armas estão sendo vendidas ilegalmente.

MÁRCIO GARRITANO, professor, integrante da Frente Parlamentar pelo Direito de Legítima Defesa e bacharel em Ciências.

- Esclarece que o que está em discussão não é o desarmamento, mas a comercialização legal de armas de fogo e munição.
- Lembra que a Lei nº 10.826/03 - Estatuto do Desarmamento - completará, em dezembro, dois anos.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

- Enfatiza que o povo brasileiro perdeu ao ter várias leis que proíbem a venda de armas de fogo aprovadas nos Estados e no DF, apesar de serem inconstitucionais.

- Considera a pergunta do referendo desonesta por não ressaltar que se trata de armas e munição legais e por apresentar uma afirmação na forma interrogativa.

- Apresenta um histórico do movimento pelo fim da impunidade e da violência, iniciado no Rio de Janeiro, e alerta que algumas pessoas nele se infiltraram para mudar o rumo da discussão.

- Questiona se a proibição da venda legal de armas de fogo, adotada pelo Rio de Janeiro há oito anos, foi acertada e assegura que hoje a população não apoia essa medida.

- Adverte que a proposta de desarmar os cidadãos honestos, e não os bandidos, é inócua e favorece a impunidade.

- Sienta que analistas políticos avaliam que a campanha pelo "sim", que tinha 80% de adesão, pode perder o referendo.

- Concorda com o Deputado Peniel Pacheco: independentemente do resultado da consulta popular, não haverá nenhuma consequência, porque a solução não está no desarmamento da população e sim na redução da desigualdade social.

- Avalia que, caso o "sim" seja aprovado, um terceiro grupo será criado: o da desigualdade de forças.

- Apregoa que o "não" é que é o voto da mudança, uma vez que o desarmamento teve início nos anos 60.

- Conclui que, tanto no Rio de Janeiro quanto na Inglaterra e na Austrália, os índices de criminalidade subiram após o referendo.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

FRANCISCO LEITE, deputado distrital e promotor de Justiça.

– Julga que o debate em si, independentemente do resultado, é uma vitória da democracia.

- Comenta sua experiência como promotor, nos tribunais de júri.

- Frisa que o debate não é sobre as causas da violência, mas sobre suas conseqüências: o homicídio passional, o suicídio, os acidentes com armas de fogo e o extravio de armas adquiridas legalmente.

- Cita dados do FBI que contrariam a idéia de que a arma possa ser usada para legítima defesa.

- Rebate a prevalência do direito individual, embutido na defesa do patrimônio, sobre o direito coletivo.

- Mostra pesquisa da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, segundo a qual apenas 5% das mortes no Estado decorreram de crimes patrimoniais.

– Contrapõe as armas brancas às armas de fogo: as primeiras, apesar de serem usadas para matar, têm finalidade lícita e as segundas servem apenas para matar.

-Julga que a proibição do uso de armas deveria ser estendida às forças públicas.

- Contesta pesquisa do *Australian Bureau of Statistics*, de 2003, acerca do crescimento da criminalidade na Austrália.

- Ressalta que o Japão, que proibiu o uso de armas, tem o menor índice de homicídios do mundo.

- Frisa que o total gasto com o referendo terá valido a pena mesmo que se salve apenas uma vida.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT)

- Declara seu voto "sim".
- Considera que o debate sobre o tema está desconectado da realidade: alguns defensores do "não" tentam atribuir ao Governo Lula todas as mazelas sociais e defensores do "sim" acreditam que a violência no País acabará se forem vencedores.
- Assume que sua intenção, ao votar "sim", é tirar das mãos de pessoas que não sabem utilizar uma arma a possibilidade de fazê-lo.
- Elogia artigo do Delegado Julião, publicado no *Jornal de Brasília* de ontem, a respeito do referendo do dia 23.
- Contesta o argumento do "não" de que a arma seria usada para defesa pessoal,
- Defende a implantação de uma cultura de paz, contrária à existência de armas.

DEPUTADA IVELISE LONGHI (PMDB)

- Declara que votará "sim" e enfatiza que pertence ao PMDB.
- Julga que promover a dignidade do cidadão é importante para diminuir a violência.
- Relata que já teve arma em casa, e que, por medida de segurança, a guardava distante das balas, o que a tornava inútil para legítima defesa.
- Acrescenta que sua casa foi arrombada e a arma, furtada, foi posteriormente encontrada no Paranoá, em posse de bandidos.
- Expressa que vota pela cultura da paz.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DEPUTADO CHICO FLORESTA (PT)

- Julga esclarecedor esse debate.
- Relata episódio de sua infância, quando seu irmão, ao manusear a arma do pai, quase provocou um acidente.
- Cita Gandhi: se a Lei de Talião fosse vigente até hoje, provavelmente teríamos uma sociedade de cegos.
- Ressalta que o aperto de mão, cujo significado é "não estou armado", representou um passo histórico no processo civilizatório.
- Conclama todos a votarem "sim".

DEPUTADA ERIKA KOKAY, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar e co-autora do requerimento.

- Cita estatísticas de assassinatos cometidos com armas de fogo no Brasil e os confronta com dados da Austrália e com os dados do Datasus após o Estatuto do Desarmamento.
- Considera que o Estatuto pune o bandido, pois criminaliza o porte ilegal de arma.
- Julga que a propaganda do "não" apresentada na mídia banaliza a vida.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

VALÉRIA VELASCO, jornalista, presidente da ONG Convive e integrante da Frente Parlamentar por um Brasil sem Armas.

- Avalia que, no próximo dia 23, será dado passo importante para o combate à violência e o desarmamento, que será seguido por outras medidas.
- Frisa que, em vez de defender, a arma representa mais um risco para o cidadão.
- Cita estatísticas da diminuição do número de mortes a partir da vigência do Estatuto do Desarmamento.

VICENTE CHELOTTI, advogado.

- Relata a dificuldade enfrentada por trabalhador da área de Segurança para adquirir arma de fogo após a instituição do Estatuto do Desarmamento.
- Ressalta que, após o Estatuto, os estabelecimentos comerciais que vendiam armas de fogo entraram em declínio.
- Diferencia posse de porte de arma, declarando-se favorável à primeira e contrário ao segundo.
- Manifesta seu voto "não".
- Concorda com o Deputado Peniei Pacheco: o referendo é falacioso e inócuo.
- Acrescenta que a quantia despendida com o referendo poderia ser usada para reforçar as polícias.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

2.3 DEBATE

JOÃO LOPES, CUT/DF.

- Pergunta à Mesa se há evidências de que a proibição do comércio de armas e munição contribuirá para salvar vidas e preservar a integridade física dos cidadãos.
- Informa que a Central Única dos Trabalhadores (CUT) aderiu à campanha do "sim".
- Relata fato inusitado ocorrido em Santa Maria: entraram na residência de um morador para tomar a arma que ele possuía.
- Salienta que é obrigação do Estado garantir a segurança do povo brasileiro.

MARA FONSECA

- Contrasta a desvinculação das receitas da União para a Saúde, a Educação e a Seguridade Social com a manutenção da verba da Segurança Pública.
- Conclui que esse Estado, do mesmo modo que a população, é um Estado armado.
- Compara a consulta popular ao exercício da democracia direta e propõe que seja cultivada mais vezes.
- Declara seu voto "sim".

PEDRO RODRIGUES

- Discorda do Delegado Chelotti: julga que arma significa morte.
- Narra assalto que presenciou em Santa Maria.
- Declara seu voto "sim".



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

CHICO PARANOÁ, presidente do Conselho de Segurança do Paranoá.

- Defende o "sim": julga que esse será o voto predominante no Paranoá.

FRANCISCA ELISANA CABOCLO DUARTE (tradutor de Libras: Michel Platini Gomes Fernandes)

- Para defender o fim das armas, narra fato de policial que matou uma surda.

CARLOS AUGUSTO

- Narra fato em que foi vítima de roubo porque o assaltante estava armado.

ANTÔNIO GIROTTO, chefe de gabinete do Deputado Augusto Carvalho.

- Justifica a ausência do Deputado Augusto Carvalho.
- Declara que, como membro da Comissão de Desarmamento do Guará, trabalha pela vitória do "sim".



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

LÚCIO CASTELO BRANCO, professor da Universidade de Brasília e da Unieuro, cientista político e sociólogo.

- Corrige o pronunciamento do Deputado Peniel Pacheco: não é verdade que as lojas vendam armas ilegais.
- Esclarece que o STE cassou cinco vezes a campanha do "sim" por inverdades, o que não aconteceu com o "não".
- Conclui que defender o direito de o cidadão adquirir arma não implica ser favorável às armas.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT)

- Explica que não se pode partidizar o referendo: trata-se de pleito da sociedade civil.
- Conclui que a arma de fogo só serve para matar.

DEPUTADO PENIEL PACHECO, líder do PDT e Terceiro Secretário da CLDF.

- Defende um Estado de Direito que não pode ser construído com armas.
- Em resposta ao professor Lúcio Castelo Branco, justifica que usou fatos apresentados pela imprensa.
- Declara seu voto "sim", em favor da paz.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

VALÉRIA VELASCO, jornalista, presidente da ONG Convive e integrante da Frente Parlamentar por um Brasil sem Arma.

- Contesta os que dizem que o desarmamento é fruto da ditadura: o desarmamento é típico da sociedade **que**, como a **noossa**, busca a civilização e é contrária à ditadura.

MÁRCIO GARRITANO, professor, integrante da Frente Parlamentar pelo Direito de Legítima Defesa e bacharel em Ciências.

- Responde à Sra. Helena Caldas que a indústria brasileira de armas incomoda o mercado americano por exportar 99% das armas que produz.

- Afirma que tem várias armas de fogo, mas que nunca as usou contra outra pessoa.

- Divulga que 62% dos membros do Conselho Federal da OAB se manifestaram contra o desarmamento, 21% foram favoráveis e 27% se abstiveram.

- Reconhece a dor das famílias de vítimas de armas de fogo.

- Sustenta **que**, caso o "sim" vença, o Brasil será um dos primeiros países do mundo, a proibir o comércio legal de armas de fogo.

- Indaga por que penalizar dezoito milhões de proprietários de armas de fogo se a proibição não resolverá o problema da segurança pública.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE, presidente da sessão e co-autor do requerimento.

- Lembra que a comissão geral está sendo transmitida, ao vivo, para todo o Distrito Federal, pelo canal 9 da Net.
- Agradece a presença de todos.
- Declara que votará "sim" e reitera a posição do Deputado Peniel Pacheco: em vez do argumento da força, a força do argumento.

3 ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Leonardo Prudente):

- Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro Secretário, nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.


Primeiro Secretário

ATA SUCINTA DA 91ª SESSÃO ORDINÁRIA, DE 18 DE OUTUBRO 2005,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL.

Revisora: Uma Chefe Setas: _____ (An/Cr/Tof)